

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LÍGIA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVA

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A INCLUSÃO DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO
EMPREGO INCLUSIVO**

**FRANCA
2022**

LÍGIA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVA

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO EMPREGO INCLUSIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana
Coorientada Me^a: Viviane Cristina Silva Vaz

**FRANCA
2022**

S586t	Silva, Lígia Oliveira Soares da O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO EMPREGO INCLUSIVO / Lígia Oliveira Soares da Silva. -- Franca, 2022 70 p. : tabs. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Maria Cristina Piana Coorientadora: Viviane Cristina Silva Vaz 1. Pessoa com deficiência. 2. Trabalho. 3. Emprego Inclusivo. 4. Atuação do Assistente Social. 5. APAE. I. Título.
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LÍGIA DE OLIVEIRA SOARES DA SILVA

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A INCLUSÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR
DO EMPREGO INCLUSIVO**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Nome: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Piana

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Examinador 1: _____

Nome: Me^a. Laurita de Queiroz Bomdespacho

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Examinador 2: _____

Nome: Me^a.Vanessa Aparecida Barbosa Tristão

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de
Franca

Franca, 07 de dezembro de 2022.

Dedico esta pesquisa aos atendidos e a equipe profissional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca. Desde que iniciei minha trajetória nessa associação tive a oportunidade de aprender e me aperfeiçoar profissionalmente. E principalmente lidar e ter um olhar mais humano sobre a pessoa com deficiência que tem muito mais a nos ensinar do que imaginamos.

AGRADECIMENTOS

Para iniciar os agradecimentos gostaria de me parabenizar por todo o processo de construção e reconstrução que passei ao longo desses quatro anos de graduação, sempre desejei estar onde estou. Contudo estar longe da família e de toda uma rede de apoio é um processo difícil que requer muita força de vontade e confiança na sua caminhada.

Irei iniciar agradecendo a todos os espíritos de luz e aos que já se foram, pois onde quer que esteja meu querido avô sei o quanto ele está orgulhoso de me ver caminhando, confiante e tendo a força de vontade que sempre me demonstrou ter. Agradeço a Deus e a todos que me acolheram e me guiaram até aqui.

Agradeço a minha família e as minhas filhas caninas, pois desde o início do processo me apoiaram, me fortaleceram e me auxiliaram nessa caminhada, pois por, mais que eu escolhesse estar longe nós sempre estivemos juntos. E como diz a música do Jason Mraz ‘‘93 Milion Miles’’ que tatuei esse ano no meu braço para sempre poder recordar que ‘‘onde quer que eu estivesse, sempre poderia voltar para casa’’.

Pois é, não voltei para casa muito pelo contrário aprendi muito estando longe de casa conheci pessoas maravilhosas ao longe desse processo e histórias extraordinárias que me fizeram constantemente agradecer por tudo que estava conquistando. Uma dessas pessoas é meu companheiro e melhor amigo que desde o início me apoiou, me acalmou e esteve comigo durante todo esse processo da graduação, a ele agradeço principalmente pela paciência e ao companheirismo.

Gostaria de agradecer a todas as extensões, projetos de pesquisa e principalmente ao Programa de Educação Tutorial de Serviço Social – PET SS – nele pude conhecer minha orientadora que me ensinou a pesquisar e principalmente a gostar disso. Além do programa me proporcionar sair do universo acadêmico e me deparar com diversos assuntos para fora da universidade, fazendo jus ao tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Por isso agradeço a oportunidade de ter participado do PET e pela minha orientadora ter aceitado o desafio da pesquisa que realizei.

Também, gostaria de agradecer minha coorientadora primeiramente por ter me dado a oportunidade de estagiar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca e posteriormente trabalhar nela. A APAE me proporcionou o desenvolvimento profissional e a escolha da temática deste trabalho. E para além disso, conquistei muitas amizades com os atendidos, que me ensinam diariamente. Agradeço pela oportunidade e

parabenizo a associação pelo trabalho realizado e a força de vontade que cada um têm em trabalhar nela.

Por fim, agradeço a todos que acompanharam nesse processo e me ajudaram de alguma forma a chegar até aqui. As que dividi moradia agradeço a paciência, o companheirismo e as vivências compartilhadas. Também agradeço as amigadas que conheci na universidade, a todos os trabalhos, estresses e alívios que ela me proporcionou.

Obrigada a todos por esse processo e que venham mais desafios, cheios de iluminação e aprendizado.

*“A inclusão é necessária
Pois, ela nos ensina muito princípios
Dentre os vários é importante salientar dois, o da compaixão e o respeito à
diversidade.*

*De coração não entendo
O que o ser humano pensa a respeito
Sério porque prefere
Despertar do que respeitar?
Tem uma razão
Porque não coloca prática, hein meu irmão, por gentileza
Respeite uma das leis da natureza”.*

(Higor Antônio Leonel, 2022)

SILVA, Lígia de Oliveira Soares da. **O trabalho do/a assistente social com a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**: uma análise a partir do programa emprego inclusivo. 2022. 70 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “ Júlio de Mesquita Filho”. Franca. 2022.

RESUMO

O presente trabalho abordou sobre a pessoa com deficiência e sua inserção no mercado de trabalho demonstrando as ações afirmativas que foram necessárias para a inclusão e inserção desses indivíduos em sociedade. Tendo como ênfase a atuação do/a assistente social como profissional mediador/a na defesa e garantia de direitos da classe trabalhadora e do trabalhador com deficiência. Foi realizado um processo de análise desde o desenvolvimento da humanidade e a importância do trabalho para o ser humano como um ser social nato. Passando para a incorporação dos sistemas econômicos, pelo qual foi através deles que foram incorporados padrões a serem seguidos pela sociedade. Esses modelos prejudicaram as pessoas com deficiência, pois a sociedade os impedia do convívio social, banindo-os, julgando-os e discriminando-os, por serem considerados diferentes, improdutivos, sendo um castigo divino e um atraso econômico. Tais pensamentos foram vinculados por séculos, onde os indivíduos com deficiência eram segregados, mortos e banidos. Diante disso, foi necessário criar ações afirmativas para inclui-los em sociedade e posteriormente no mercado de trabalho. A primeira ação afirmativa foi a Declaração Universal do Direitos Humanos, criada pela Organização das Nações Unidas, como o intuito de erradicar todas as atrocidades que ocorreram ao longo da história, dando o direito a uma vida digna a qualquer ser humano com respeito e zelo a diversidade humana. Isso viabilizava o direito mundial sobre a vida. Posteriormente surgiu Constituição Federal de 1988 sendo o primeiro país a ter meios legais de obrigatoriedade para as pessoas com deficiência. Salientando também a Lei nº 8.213 de 1991 denominada Lei de Cotas sendo uma forma de obrigatoriedade de inserir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ressaltando que ainda havia dúvidas e terminologias erradas utilizadas para lidar com a pessoa com deficiência, diante disso foi ratificado em 2007 no país a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência, sendo um caminho mundial a ser seguido de inclusão. Através dela em 2015 surgiu a Lei Brasileira de Inclusão que prevê todos os direitos a esses indivíduos inclusive como inseri-los no mercado de trabalho. Esse estudo trouxe como exemplo o programa de Emprego Inclusivo realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca, como uma ação afirmativa para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Foi realizado um estudo documental e bibliográfico desse programa e a atuação do/a assistente social como profissional que contribuiu para viabilizar os direitos a essa população.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Trabalho, Emprego Inclusivo, Associação de Pais e Amigos do Excepcionais, Atuação do Assistente Social.

SILVA, Lígia de Oliveira Soares da. **O trabalho do/a assistente social com a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**: uma análise a partir do programa emprego inclusivo. 2022. 70 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “ Júlio de Mesquita Filho”. Franca. 2022.

ABSTRACT

This paper will discuss about people with disabilities and their insertion in the labor market showing all the affirmative actions necessary to properly insert them in society. It focuses on the social worker's performance as the mediator on the defense and guarantee of the work class rights and of the rights of the people with disabilities too. An analysis process was carried out since humanity development and how important work is for a human being as a born social being. We also went through the incorporation of Financial Systems, which gave the norms and expectations to be followed by society. These models were very harmful to the people with disabilities, for the society would deny them the social living, banishing them, judging, and discriminating them, considering them different, unproductive, and considered fruit of a divine punishment and an economic problem. These thoughts were passed on for centuries, when people with disabilities were segregated, banished, and even killed. In response of this harsh reality, it was necessary to create affirmative actions to include them into society and later into the labor market. The first affirmative action was the Universal Human Rights Declaration created by the United Nations, with the intention to eradicate all the atrocities that took place throughout history, giving the right of living with dignity to all humans with respect and care towards the human diversity. Besides, the right of the person with disabilities had the legal certification by the Constitution of 1988, and Brazil was the first country to legally assure these rights. Since there still were doubts and wrong terms to treat a person with disabilities. This enabled the human right of life worldwide. After that, the Law nº 8.213 of 1991 named Lei de Cotas was a way to demand by law the inclusion of people with disabilities in the labor market. A Convention of Rights of a person with Disabilities was signed nationally in 2007 and became a world reference to be followed in terms of inclusion. Through that program of the city of Franca, having as an example the Program of Inclusive work performed by the Association of Parents of the Exceptional Friends (APAE) of the City of Franca, it was a program of the insertion to a person with disability into the labor market. We carried out a documental and bibliographical analysis on this program and on the work of the social worker as the professional who enabled the rights of this population.

Keywords: People with Disabilities, Work, Inclusive Employment, Association of Parents and Friends of the Exceptional, Social worker activity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade inicial e final dos jovens aprendizes _____ 55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O TRABALHO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL	19
1.1 O contexto histórico do trabalho enquanto categoria ontológica do ser social	20
1.2 O trabalho do/da assistente social frente os desafios do sistema capitalista no mercado de trabalho	25
1.3 A precarização da mão de obra trabalhadora na contemporaneidade	32
2 OS SISTEMAS ECONÔMICOS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	36
2.1 Os antecedentes da segregação da pessoa com deficiência na sociedade	37
2.2 As ações afirmativas para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho	41
3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) E O EMPREGO APOIADO	47
3.1 História da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca e o Serviço Social	48
3.2 Análise do Emprego Inclusivo projeto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca e o trabalho do/da assistente social	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
ANEXO	68
Anexo 1 – Declaração de autorização de pesquisa	69

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui o trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” no campus de Franca. Este trabalho irá discorrer sobre “O trabalho do/a assistente social na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise a partir do programa emprego inclusivo”.

Teve como objetivo investigar sobre a realidade da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, através de uma pesquisa documental e bibliográfica analisando a inserção da pessoa com deficiência a partir do programa Emprego Inclusivo realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Franca.

O presente programa contribuiu para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, preparando jovens e adultos, através da inclusão laboral que introduz esses indivíduos que possuem alguma deficiência intelectual ou múltipla em alguma atividade competitiva (OLIVEIRA, 2017). Diante dessa demanda foram inseridos 14 jovens aprendizes majoritariamente com deficiência intelectual, pois são os menos contratados no mercado de trabalho no período de janeiro de 2021 a setembro de 2022.

Esse programa propõe incluir no trabalho indivíduos que nunca tiveram nenhuma experiência. Sendo feito uma programação anterior a contratação e posterior, como forma de demonstração do mercado de trabalho aos candidatos. O aprendizado vem desde assuntos básicos explicando como funciona o comportamento no local de trabalho até sobre a importância a educação financeira.

Além de auxiliar no período posterior ao processo de aprendizado efetuando currículo e mostrando diversas áreas para que se possa trabalhar conforme as escolhas individuais de cada um. Isso gera a autonomia necessária para o indivíduo com deficiência, buscando formas de quebrar os paradigmas impostos ao longo de século pelos sistemas econômicos, principalmente o capitalismo que é banhado dos ideais neoliberais em sua essência, trazendo uma busca a perfeição inalcançável não aceitando qualquer forma de diversidade existente.

Esse ideal de perfeição do corpo e mente afim de servir a produtividade se perpetua, por isso historicamente a deficiência foi apenas analisada tendo em vista a dimensão biológica, ou seja, criando a falsa concepção de que ela possui cura através de tratamento e afins e naturalmente lucrando com tratamentos estigmatizados, deixando a diversidade humana de lado e a demonizando.

Isso perpassou por diversos momentos como nas Cidades-Estados Athenas e Esparta que exterminavam as pessoas com deficiência, por considerarem as mesmas improdutivas para

guerrear e contribuir para a sociedade. Os filósofos do período clássico como Aristóteles e Platão perpetuavam essa ideologia considerando as pessoas com deficiência como dependentes economicamente.

Na Idade Média com o avanço da Igreja a pessoa com deficiência passa a ser vista por um paradigma de pureza angelical, preservando sua existência, mas a colocando em um papel de total subordinação e incapacidade, negando qualquer traço de autonomia para o indivíduo além de considerá-lo uma responsabilidade integral dos pais.

Através dessa concepção cristã também houve pensamentos higienistas ao longo da humanidade, sendo como se fosse uma limpeza social, ou seja, os indivíduos considerados evoluídos biologicamente iriam continuar e outros inferiores iriam servir a eles. Isso fez com que o padrão europeu, heterossexual e cristão, fosse considerado bonito e tudo que estivesse fora disso sofresse discriminação e preconceito, nesse momento surge o racismo moderno, a eugenia e o higienismo.

Esse pensamento fez com que o preconceito enraizasse na sociedade contemporânea excluindo a pessoa com deficiência de diversos setores, por conta da concepção de perfeição imposta constantemente e a ideia de produtividade. Além de terem ocorrido atrocidades a esses indivíduos sendo banidos do convívio social e submetidos a maus tratos e condenações a morte.

Um grande exemplo de exclusão que ocorreu no Brasil com as pessoas com deficiência é descrito no livro *Holocausto Brasileiro* escrito pela jornalista Daniela Arbex, onde demonstra que nos anos 1930 e 1970 a burguesia da época em conjunto com o Estado, resolveram praticar o conceito higienista e concentrar as pessoas com deficiência e outras consideradas diferentes do padrão imposto em um Centro Hospitalar Psiquiátrico. Esses indivíduos eram expostos a maus tratos, pois viviam em condições insalubres, ou seja, eram colocados naquele local para morrer.

Sendo exatamente isso que ocorreu, ocasionou mais de 60 mil mortes, se comparando as barbaridades que aconteceram a Alemanha nazista. Esses abusos só pararam pois ocorreram denúncias principalmente pelo mau cheiro, por conta da decomposição dos corpos. Demonstrando o quanto a pessoa com deficiência foi impedida de viver por conta da falta de respeito com a diversidade humana, apenas os padrões considerado “corretos” podiam conviver socialmente e sobreviver.

Diante disso foi necessário criar ações afirmativas para incluir a pessoa com deficiência em meio social e posteriormente no mercado de trabalho. A primeira ação afirmativa foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos criada pela Organização das Nações Unidas como forma de reverter as atrocidades ocorridas no passado e prezando pela vida de todos os seres

humanos, banindo a discriminação como forma de respeito a diversidade humana, garantindo o direito à vida (ONU, 1948).

Foi através da Constituição Federal de 1988, o ponto de grande relevância do Brasil por ser o primeiro país a legitimar o direito da pessoa com deficiência por meio constitucional. Salientando o artigo 5º que reitera “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Demonstrando que todos independente da diversidade tem o direito à vida, vivendo ela de forma digna.

Como forma de combate à exclusão dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho, foi criada a Lei de Cotas em 1991, fazendo com que as empresas tenham a obrigatoriedade na contratação deles, a partir de um número de funcionários. Elucidando isso a empresa que possuir até duzentos funcionários dois por cento deles tem que ter deficiência (BRASIL, 1991).

Além de ocorrer a obrigatoriedade na contratação, o ambiente da empresa deve ser adequado para zelar pelo bem-estar desses funcionários. Visto que a averiguação se as empresas estão cumprimento com as conformidades legais é realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com o intuito de combater a discriminação e a exclusão dos indivíduos com deficiência do mercado de trabalho.

Contextualizando também a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência de 2007, sendo um determinante específico mundial de como lidar com diversos assuntos voltados as demandas da pessoa com deficiência. Através dela o Brasil se baseou para criação de uma lei própria para os indivíduos com deficiência, sendo denominada de Lei Brasileira de Inclusão promulgada em 2015. Constando a obrigatoriedade e caminhos para a inclusão da pessoa com deficiência em diversos âmbitos da sociedade civil, trazendo como ênfase o mercado de trabalho.

Por meio da Lei Brasileira de Inclusão com auxílio da Lei de Cotas a obrigatoriedade e os caminhos para a contratação de indivíduos com deficiência é atribuída legalmente, ou seja, as pessoas com deficiência podem recorrer pelos seus direitos e as empresas podem se basear nessas ações afirmativas para acolher esses funcionários. Entretanto a lei de cotas tem uma problemática grande, pois ela surge apenas como forma de preocupação na garantia de empregos aos veteranos pós-guerra (RODRIGUES; PEREIRA, 2021).

Evidenciando que esta ideia era extremamente preconceituosa e segregadora, pois simplesmente excluía os indivíduos com deficiência desde o nascimento. Retornando a questão

das Cidades-Estados de Atenas e Esparta que exterminavam a pessoa com deficiência negando as quaisquer chances de participação da sociedade.

No conceito da Lei de Cotas essa inserção apenas ocorre, após o indivíduo já ter sido produtivo para sua pátria. Além de existir a problemática da falta de acessibilidade para inserção de todas as deficiências, sendo elas a física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e múltipla. Pelo qual na teoria a Lei de Cotas auxilia para não excluirmos a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, contudo existe um caminho a percorrer árduo sobre a forma de inserção deles. Por isso foi de suma importância documentos norteadores para a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho com a Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência de 2007 e posteriormente a Lei Brasileira de Inclusão de 2015.

Diante desses desafios a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Franca tem como objetivo a habilitação, reabilitação e socialização do indivíduo com deficiência. Através do programa “Emprego Inclusivo” que visa quebrar as barreiras existentes na sociedade, demonstrando que a pessoa com deficiência está tão capacitada a trabalhar como qualquer outra, sendo um ato de respeito a diversidade humana.

Por isso, o presente trabalho discutiu sobre a questão do trabalho para o homem, seguindo os preceitos marxistas que enfatizam que o trabalho modificou conforme o sistema capitalista, transformando a forma de trabalho como mercadoria, isso fez com que ocorresse o processo de divisão de classes e o principal a exploração.

Essa exploração que Marx enfatiza pode ser evidenciada no poema de Vinicius de Moraes “O operário em Construção” e no famoso filme “Tempos Modernos”, sendo demonstrado o quanto o trabalhador é alienado por conta da falta de informação sobre o que está sendo produzido no final da esteira. Antunes e Alves (2004, p. 304) reiteram essa exploração expressando que o trabalho surge quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital.

Salientando também a precarização do trabalho antigo e contemporâneo, sendo de suma importância a correlação por conta que nenhuma dessas fases há pessoas com deficiência trabalhando ou reivindicando. Isso reitera o fato que a pessoa com deficiência é excluída da sociedade e do mercado de trabalho.

Sendo enfatizado por Antunes (2004) este processo de precarização e seu movimento de exclusão daqueles que não se encaixam, criando uma enorme massa de reserva, que alimenta o ciclo de exploração do trabalho. Isso demonstra que por mais que existam leis respaldando a pessoa com deficiência, haverá indivíduos em uma reserva que serão explorados e até mesmo excluídos. Pelo qual os indivíduos com deficiência segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) entra no limbo de rejeição, pois o Brasil tem cerca de 12,7% de milhões de

pessoas com deficiência, dados esses de 2018 e apenas 1% dessa população está inserida no mercado de trabalho formal.

Esses dados elucidam o pensamento de Antunes (2004) sobre a questão de reserva de pessoas que se alimentam de exploração. Evidenciando que a discriminação e a exclusão são visíveis, e por consequência as pessoas com deficiência optam pelo mercado informal, onde por vezes elas serão aceitas, contudo mais exploradas por estarem anulando os direitos trabalhistas ocasionando a precarização do trabalho, ideal esse prezado pelo neoliberalismo.

O conceito de exclusão, exploração e violação de direitos torna-se trabalho do/a assistente social, que atua diretamente com a questão social trazida pela autora Marilda Yamamoto em seu livro “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional” de 1998. Tendo como principal a expressão da desigualdade social capitalista madura, buscando formas de defesa e garantia de direitos aos trabalhadores.

Essas formas de garantia de direitos vão ser trazidas sobre a importância de viabilizar os direitos da pessoa com deficiência para que ela tenha autonomia necessária por suas escolhas. Pelo qual o/a assistente social entra como profissional que irá contribuir para a efetivação desses direitos e eliminação da discriminação imposta e reiterada constantemente pelo sistema capitalista de padrão de produtividade, auxiliando o indivíduo para que ele não seja excluído do mercado de trabalho.

Como forma de articulação sobre as demandas da pessoa com deficiência foram escolhidos dois documentos norteadores escritos pela APAE Brasil em 2017 um deles trata sobre a “Educação e Ação Pedagógica” das autoras Fabiana Maria das Graças Soares Oliveira e Erenice Natália Soares da Carvalho trazendo a compreensão sobre o serviço ofertado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do país, contextualizando sua história e o público-alvo atendido. E para elucidar o assunto mercado de trabalho o documento “Trabalho, Emprego e Renda” abordando formas de inserção da pessoa com deficiência intelectual e múltipla no mercado de trabalho.

Esses documentos contribuíram para orientação na efetivação do Programa Emprego Inclusivo realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca, sendo um exemplo para reverter as mazelas impostas pelo sistema capitalista atuando contra essas ideias, trazendo exemplos reais e significativos da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Diante disso, o trabalho irá abordar sobre o desenvolvimento da humanidade e importância do trabalho para o ser humano como um ser social nato e posteriormente os sistemas econômicos que contribuíram para que ocorresse a discriminação e segregação da

pessoa com deficiência por séculos. Tendo como ênfase o sistema capitalista e as problemáticas que ele contribui para que a exclusão ainda se perpetue.

Contextualizando também o histórico de discriminação até ser sancionadas ações afirmativas para a inclusão desses indivíduos em sociedade e posteriormente ao mercado de trabalho. Finalizando com a pesquisa documental sendo o exemplo de inserção da pessoa com deficiência realizado pela Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais do município de Franca.

Além de todos esses pontos também irá abordar sobre o papel do/a assistente social como profissional que atua em conjunto com classe trabalhadora viabilizando seus direitos. Atuando no enfrentamento da questão social e da desigualdade social imposta pelo sistema capitalista. Reivindicando os direitos sobre a não discriminação e exclusão dos indivíduos com deficiência em nenhum âmbito da sociedade civil.

O trabalho terá como ênfase principalmente o sistema capitalista, por ser um sistema excludente que concentra a riqueza nas mãos de poucos, onde a maioria é explorado e excluído por ser considerado improdutivo. Salientando que o Serviço Social foi criado para atuar em conjunto com a burguesia, a igreja, oferecendo direitos ilusórios ao trabalhador, para que ele produzisse de forma alienada. Como se fosse um “cabresto” para que a classe operária não reivindicasse pelos seus direitos, exemplo deles: salários melhores, cargas horárias menos extensas, locais de trabalho adequados e afins.

Pelo qual o Serviço Social passa por fases até chegar ao que é hoje, em seu princípio havia um favorecimento para a burguesia culpabilizando os indivíduos que sofriam com a vulnerabilidade social seja ela a fome, doenças, a impossibilidade de trabalhar por conta de alguma deficiência ou idade e afins. Posteriormente passa por um pensamento positivista que todos têm os mesmos direitos, basta ter força de vontade.

Chegando até o Brasil com esse viés culpabilizador, positivista voltado a igreja e a caridade, pelo qual as profissionais que atuavam na área eram denominadas de “as damas da caridade”, ou seja, a profissão tinha um ideal apenas de ajuda, não algo de obrigatoriedade de direitos que era responsabilidade do Estado. Por isso quando houve o processo de ruptura da profissão em meio a um contexto político de ditadura, começam a se vincular as ideias marxistas.

Os ideais marxistas contribuíram para que a profissão atuasse a favor da classe trabalhadora, evidenciando que toda a problemática da vulnerabilidade social foi trazida pelo sistema capitalista que apenas pensa na lucratividade. Por isso o presente trabalho contou com a discussão do Serviço Social como profissão efetivadora dos direitos da classe trabalhadora,

atuando contra as imposições do sistema capitalista. E principalmente favorecendo a efetivação dos direitos aos indivíduos com deficiência que foram segregados e excluídos por séculos e isso ainda se perpetua por conta do pensamento capitalista.

1 O TRABALHO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL

O ponto de destaque do presente trabalho é a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e a atuação profissional do/da assistente social como mediador na defesa e garantia de direitos da classe trabalhadora.

Para refletir no ponto de inserção da pessoa com deficiência, no sistema capitalista e o trabalho profissional no Serviço Social, pelo qual foi necessário analisar sobre o desenvolvimento do trabalho para a humanidade.

O conceito de trabalho em seu princípio está ligado a forma primitiva que o homem usava para garantir sua sobrevivência. A descoberta do fogo, foi um marco importante para o desenvolvimento da humanidade, principalmente pelo homem iniciar seu processo de investigação e apropriação dos recursos da natureza.

O domínio de habilidades serão fundamentais para o marco inicial para a formação de outras formas de visualizar o conceito de trabalho, além do primitivo que serviu para o desenvolvimento da humanidade garantindo sua sobrevivência. Como o homem passou a criar habilidades de domínio do fogo, formas de manuseá-lo e afins, começou a se constituir a noção de poder, em que um é melhor que o outro, conforme suas capacidades.

Isso fez com que o trabalho em seu princípio tivesse como objetivo auxiliar na manutenção da vida, passasse pelas relações de autoridade. Dando início a novos tipos de trabalho, por exemplo o trabalho escravo que submetia pessoas aos serviços sem remuneração, característico do sistema colonial.

Posteriormente o trabalho feudal, em que existiam donos do feudo e servos que trabalhavam aos senhores feudais, plantando e garantindo a sobrevivência do coletivo, esse processo constitui-se o escambo característicos da troca de mercadorias.

Por fim, o trabalho capitalista, principal enfoque do trabalho, pois ele visa a lucratividade, trazendo doutrinas de competitividade e exclusão.

Como esse sistema preza pela produtividade, indivíduos que não atendem essa condição são excluídos e discriminados, sendo exposto a precarização do trabalho e tendo como única alternativa o trabalho informal. Exemplificando esses processos de exclusão com as pessoas com deficiência.

1.1 O contexto histórico do trabalho enquanto categoria ontológica do ser social

Para que a humanidade se desenvolvesse de forma sábia garantindo sua sobrevivência foi necessário o domínio do fogo, segundo Sottomayor (2001, p.134) “ o fogo, ao surgir no mundo dissipou as trevas e trouxe aos Homens a luz da civilização e da esperança”.

Contextualizando então o Mito de Prometeu, um personagem importante da mitologia grega, pela qual na narração ele roubou o fogo de Zeus, outra divindade grega e entregou ao homem, para que ele evoluísse e se diferenciasse dos animais.

Zeus concedeu a Prometeu e Epimeteu ambos Titãs e filhos de deuses primordiais a responsabilidade de criar e povoar animais para a Terra, anteriormente ao roubo do fogo que estava sob domínio da divindade helénica, Hefesto que em conjunto com Atena ensinariam a humanidade o domínio do mesmo (SOTTOMAYOR, 2001).

Contudo Prometeu ao moldar o homem do barro deixou sem nenhuma característica específica, diferente de cada animal que possuirá um atributo, exemplo: o elefante que tem uma força descomunal. O homem estava agindo como um primata, se escondendo em cavernas e comendo frutos para sobreviver.

Diante disso, Prometeu trouxe o fogo para humanidade e com ele o homem pode se destacar dos animais criando mecanismos para sobreviver, se vestir, esquentar, instrumentos para caçar e afins, sendo a luz e a esperança da humanidade. Contudo Zeus considerou isso uma afronta, pois o homem deveria oferecer um sacrifício de um animal, como forma de devoção aos deuses pelo instrumento “impróprio” que estava sob domínio deles.

Foi então que Prometeu ludibriou Zeus, dizendo aos homens que sacrificassem um boi e colocassem em dois montes a oferenda, no primeiro deles haveria as carnes mais nobres do animal e no outro seria maior, contudo, teria apenas ossos, gorduras e as partes menos interessantes. Porém, esse segundo monte seria maior e Prometeu sabia que Zeus o escolheria, pelo deus ter o sentimento de grandeza. E foi exatamente esse monte o escolhido, Zeus percebeu o feito de Prometeu e castigou a humanidade privando do domínio do fogo, fazendo com que ela regredisse.

Para o titã, Zeus o castigou colocando-o no alto de uma colina, condenando-o a suportar a dor de uma águia que devorava seu fígado constantemente, lembrando que deuses e titãs são imortais, por conta disso o fígado de Prometeu se regenerava e a ave o devorava novamente. Posteriormente Hércules filho de Zeus solta Prometeu, após o consentimento de seu pai.

Essa contextualização do Mito de Prometeu reflete sobre a importância do fogo para o desenvolvimento da humanidade. Quando ele foi trazido para a Terra por Prometeu foi um

processo de evolução e destaque em relação aos animais, que possuíam atributos simples e únicos para sobreviver. O homem com o domínio do fogo começou a construir instrumentos para caçar, se abrigar, se aquecer e povoar, pois, uma civilização foi levando a outra sua técnica, auxiliando na amplitude do desenvolvimento humano.

Podendo o fogo ser considerado o primeiro instrumento de trabalho e práxis do homem, pois, foi através dele que o homem soube construir algo para sua sobrevivência e de sua família, sendo um ato individual e coletivo para o progresso. Evidenciando que quando Zeus priva o fogo do homem, a humanidade retrocede.

Tendo em vista a importância do fogo para a humanidade, é necessário diferenciar o homem do animal, como foi o princípio da criação de Prometeu, pois o homem possui a habilidade de consciência sobre as atividades que esteja efetuando.

[...] o ato humano voluntário, ao contrário é consciente da finalidade, isto é, o ato existe antes como pensamento, como uma possibilidade, e a execução é o resultado da escolha dos meios necessários para atingir os propósitos. E caso haja interferências externas no processo, os planos também são modificados (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 4).

O homem ao obter o instrumento do fogo, teve a consciência que ele seria o atributo principal para garantir sua sobrevivência, o auxiliando em diferentes atividades que ao longo do tempo, elas iriam se aperfeiçoar através do domínio e aprendizado dele. Isso diferencia o homem do animal, visto que não se pode dizer que o animal produz sua própria existência, pois ele já sabe para qual atividade está atribuído para sua vida (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 05).

Esse processo de aprendizado que o homem possui é caracterizado como trabalho, seja ele a princípio para garantir a sobrevivência e posteriormente como meio de lucratividade, ou seja, o homem desde o princípio de sua evolução está trabalhando em prol de seu desenvolvimento para que ele se transforme individual e coletivamente.

Se o trabalho é a ação transformadora da realidade, na verdade o animal não trabalha o mesmo quando cria resultados materiais com sua atividade, pois sua ação não é deliberada intencional. O trabalho humano é a ação dirigida por finalidade conscientes, a resposta aos desafios da natureza, na luta pela sobrevivência. Ao reproduzir técnicas que outros homens já usaram e aos inventar outras novas, a ação humana se torna fonte de ideias e aos tempos uma experiência propriamente dita (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 5).

Evidenciando que a abelha produz o mel como um ato do atributo que lhe foi dado, o João de Barro faz seu casulo com o mesmo princípio, sendo essas características de cada animal. Entretanto o homem produz algo como uma ação consciente, um ato denominado como trabalho que possui uma finalidade para ele.

Essa é a principal demonstração de como se sucedeu o domínio do fogo, como uma ação consciente para garantir a sobrevivência e subsistência, considerada a primeira práxis humana para seu desenvolvimento e contato com a natureza.

Essa ação humana sobre a natureza, capaz de transformá-la, viabilizada pela impregnação por parte de uma intenção subjetiva, é a base da práxis dos homens. É uma prática produtiva, o trabalho. É ela que garante aos homens o alimento e demais elementos de que eles precisam para manter sua existência material. Essa é a esfera da *vida econômica*, o âmbito da produção efetivada pelos homens pela mediação do trabalho (SEVERINO, 1992, p. 151).

Tendo em vista que essa é a característica do trabalho atribuída apenas pelo conceito de sobrevivência humano, tirando as características vinculadas a um sistema econômico. Foi através desse meio que a humanidade se desenvolveu e evoluiu, pelo princípio de uma ação consciente com a natureza.

Sobre a perspectiva que o homem se diferencia de um animal por meio da sua habilidade consciente, o viver em bandos assemelha-se a vida de algumas espécies. Desde o princípio de seu desenvolvimento o homem é um ser social, pois se ele está sozinho a tendência provável é regredir ou até mesmo morrer. Contudo existem controversas sobre essa perspectiva do homem ser um indivíduo social nato, ou por ele ser obrigado, para garantir sua sobrevivência, diferenciando-se novamente de um animal.

Dizer que o ser humano é um ser social pode ser entendido de duas maneiras distintas:

- 1) Na primeira, afirma-se que o ser humano é naturalmente um ser social, pois a sociabilidade seria um dado ou um fato natural; assim por natureza o homem é um animal social;
- 2) Na segunda, afirma-se que o ser humano distancia-se da vida natural compartilhada com os animais quando cria formas de vida reguladas por símbolos, normas e valores que permitem uma existência em comum; a sociedade, portanto, seria instituída pela ação humana, o que significa que o ser humano se torna um ser social (CHAUI, 2013, p. 11 e 12).

O pensamento de Chauí acarreta dois pontos de reflexão distintos, o indivíduo como um ser social de nascença e o outro que se torna por conta das ideologias e responsabilidades da vida humana. Contudo foi evidenciado que para o ser humano evoluir, ele tem a necessidade de viver coletivamente. E esse viver em grupo proporcionou o desenvolvimento de várias comunidades e a criação de sistemas econômicos que serviram para o homem a atribuição de poder e lucratividade.

Pelo trabalho ser a primeira práxis humana, o homem por meio dele adquiriu seu senso de coletividade por ser uma ação grupal, tendo uma ligação entre a teoria de todo o conhecimento que foi aprendido e a prática do processo de sancionar a ação que lhe foi apresentada, o indivíduo como um ser social nato.

[...] pelo *trabalho* o homem se *autoproduz*: desenvolve as suas habilidades, a imaginação; aprende a conhecer as forças da natureza e a desafiá-las; aprende a conhecer suas próprias forças e limitações; relaciona-se com os companheiros e vive os afetos de toda relação; impõe-se uma disciplina. O homem não é sempre o mesmo, pois o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si mesmo (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 56).

Demonstrando que desde o processo de aprendizado do fogo e seu domínio, foi necessário habilidades para lidar com ele. Essas capacidades foram usadas de forma coletiva e os desafios com a natureza também, a princípio o manejo do fogo, posteriormente o de armas, do plantio e assim consecutivamente, todo esse processo é considerado trabalho e sua autoprodução a princípio para a sobrevivência.

O homem ao adquirir suas infinitas habilidades e ter o domínio da natureza, começou a criar as relações de poder, ou seja, quando mais capaz ele fosse para tal atividade, mais forte seria seu domínio sobre isso. Diante disso, ocorreu o processo de hierarquização, o desenvolvimento de modos de produção e o processo de lucratividade seja ele a princípio por meio da troca e posteriormente de dinheiro.

Esses poderes e domínio serão mencionados sucintamente ao longo do capítulo, pois o enfoque do presente trabalho aborda o sistema econômico, no qual a sociedade está inserida na contemporaneidade o capitalismo e suas ideologias.

Existem diversos conceitos de trabalho a partir dos sistemas econômicos utilizados em determinados períodos históricos. No princípio foi o trabalho primitivo, esse que está sendo mencionado ao longo do capítulo, onde o ser humano satisfaz suas necessidades de sobrevivência conforme suas primeiras habilidades adquiridas, como citado, o domínio do fogo, no qual começam a criar ferramentas, se aquecer e afins.

Posteriormente existiu o trabalho escravo, esse vinculado sobre o contexto de poder adquirido pelo homem em suas habilidades e domínio de terras, exemplificando isso com o sistema imperial onde havia guerras e posse de novas terras, fazendo com que os cidadãos que fossem dominados por certos soberanos fossem escravizados.

Isso ocorreu nos impérios romano, bizantino, português, espanhol, chinês e afins. Tendo seu estopim com as grandes navegações e a posse de novas terras jamais exploradas na época com as grandes navegações, resultando no trabalho ainda escravo com o sistema colonial que foi atribuído por séculos no Brasil com os portugueses e espanhóis.

Como na Europa estava ocorrendo um processo forte de trabalho rural, começou a vincular o trabalho feudal, sendo o início de um processo com algumas características do sistema capitalista, pois existia o senhor feudal que possuía a posse da terra e os servos que serviam a esse senhor trabalhando em suas terras. Há a pirâmide hierárquica de poderes na parte

de cima o clero, indivíduos esses majoritariamente da igreja; abaixo a nobreza homens que possuíam as terras (senhor feudal); e por último os camponeses e servos que trabalhavam para servir todo o resto da pirâmide. Esse sistema econômico baseava-se no escambo, modelo esse de troca de mercadorias.

Conforme já mencionado o momento que o homem cria habilidade começa o processo da aquisição de poderes, surgem os sistemas econômicos. O sistema capitalista é sustentado pelos meios de produção e lucratividade, sendo a força de trabalho a principal mercadoria, pelo qual quem possuía os meios de produção em sua maioria eram os antigos colonos no sistema colonial e nobres no sistema feudal. Isso fez com que quem tinha domínio sobre as terras se transformasse em burguês, dando o início no processo de industrialização, divisão de trabalho e classe social.

Até se vincular ao que é atribuído do sistema capitalista contemporâneo, esse sistema passou por fases que podemos caracterizar como: capitalismo mercantil sendo o início do processo comercial do século XV ao XVIII, nessa fase sucedeu a divisão do trabalho, entre os donos do meio de produção (burguês) e a mão de obra trabalhadora (proletariado); posteriormente se deu início ao capitalismo industrial no século XVIII e XIX nessa fase o sistema teve seu estopim, surgindo com a Revolução Industrial se estabelecendo majoritariamente com a Segunda Revolução Industrial, nessa fase as máquinas começam a substituir o trabalho manual produzindo em larga escala; por fim no século XX o capitalismo monopolista, esse se vincula até a atualidade onde os bancos começam sua atuação nessa fase (HARVEY, 2013).

A principal diferença entre o sistema feudal para o capitalista foi a questão da divisão social, um nobre permanecia nessa condição do início de sua vida até sua morte, contudo um proletariado tinha a chance de reverter essa divisão, tornando-se um burguês, porque através do seu trabalho e o domínio de um meio de produção. Esse pensamento traz vinculado as ideologias que estão por dentro do sistema capitalista o liberalismo e o neoliberalismo que serão aprofundadas ao longo do trabalho.

Como forma de finalização das classes sociais e suas lutas foi trazido o trabalho socialista, tendo seu marco com as ideias de Karl Marx (1818 – 1883), sendo ele um grande filósofo e crítico do sistema capitalista, pelo qual buscava formas para que o proletariado deixasse de ser explorado. O sistema socialista tinha o ideal que o Estado tinha poder e domínio sobretudo, pelo qual o trabalho e a produção dele seria dividido igualmente para todos. Esse sistema foi o grande rival do sistema capitalista no século XX, porém, ele possuía algumas

desvantagens em relação aos atrasos nos setores industriais, isso fez com que o capitalismo ganhasse ainda mais força e se vinculasse até os dias atuais.

Inferindo que o conceito de trabalho, passou por grandes transformações ao longo da história, constituindo diversas ideologias e sistemas para que chegasse ao que é na atualidade, alguma forma a raiz da ideia que busca a sobrevivência em prol individual e coletivo continua. Contudo os sistemas econômicos fizeram com que o trabalho se tornasse algo competitivo e excludente, ou seja, sempre existiu uma população em desvantagem sobre a outra, fazendo com que as desigualdades estivessem presentes constantemente ao longo do desenvolvimento da humanidade, em que se evidenciam ainda mais no sistema capitalista.

1.2 O trabalho do/da assistente social frente os desafios do sistema capitalista no mercado de trabalho

Conforme abordado no item anterior sobre os tipos de trabalhos e sistemas econômicos pelos quais se vinculam, neste irá retratar sobre o Serviço Social no sistema capitalista. Com ênfase na adequação do/da assistente social como executor/ar no enfraquecimento das desigualdades sociais desse sistema econômico.

Segundo a autora Yasmin Maria

No Brasil, o serviço social tem uma trajetória profissional voltada à defesa da classe trabalhadora e do trabalho, fundamentada nos princípios de igualdade e justiça social, tendo como direção a luta por direitos e cidadania dos sujeitos coletivos. Esta luta também se caracteriza por uma luta contra as correlações de força do capital, as quais impedem um desenvolvimento social voltado às particularidades dos indivíduos (FERREIRA, 2019, p. 6 e 7).

A classe trabalhadora está submetida as desigualdades por conta das mazelas que o sistema capitalista impõe. Por isso traz o viés da resistência, pois o/a assistente social está submetida a essa realidade, contudo tenta de todas as formas viabilizar direitos para a classe trabalhadora, pois é nesse meio que o/a profissional estará exposto na sua vida cotidiana.

Diante do exposto, é necessário analisar o contexto histórico do trabalho na humanidade, como foi descrito no item anterior com o sistema feudal, colonial e escravo. Tendo em vista, que sempre houve uma maioria de pessoas que se mantinha em desvantagem conforme a aquisição de poderes de outros, fazendo com que o conceito de classes sociais trazido pelo sistema capitalista fosse contínuo, tornando isso ainda mais evidente com a divisão do trabalho. Demonstrando que ao longo da história sempre houve a necessidade de ter pessoas que atuasse diretamente frente as desigualdades presentes para cada época.

Visando o sistema capitalista que tem como enfoque a lucratividade buscando se estruturar e reorganizar sempre, até mesmo a força de trabalho vira uma mercadoria. Evidenciado por Aranha e Martins

O sistema capitalista consiste na produção de mercadorias. Mercadoria é tudo o que é produzido não tendo em vista o valor de uso (por exemplo, uma malha que fazemos para o nosso próprio uso), mas o valor de troca, isto é, a venda do produto. Sendo a mercadoria um produto do trabalho, o seu valor é determinado pelo total de trabalho socialmente necessário para produzi-la (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 275).

Essa estruturação de produtividade caracterizou o conceito de divisão de trabalho e de classes, pelo qual a burguesia está no domínio, sendo proprietária do meio de produção e o proletariado vendendo sua força de trabalho. O proletariado trabalhava atendendo ao burguês com a finalidade de manter sua subsistência minimamente de forma suficiente.

Nesse processo de produção a burguesia sempre obteve vantagem, pois o proletariado produzia mais do que ganhava, isso é denominado de mais-valia, ou seja, aquilo que gera mais lucro do que o valor gasto, sobressaindo o valor de sua produção (ARANHA; MARTINS, 1986).

Outra característica desse processo de produção é a alienação perante aquilo que está sendo produzido, pois segundo as fases do capitalismo, uma delas denominada de capitalismo industrial, sendo mencionado no capítulo anterior, buscava uma produção em larga escala, tendo esteiras nas fábricas.

Esse processo fazia com que o primeiro funcionário fosse responsável por uma tarefa e o último por outra, ambos produzindo o mesmo produto, contudo eles não tinham ideia do que surgiria no final de todo esse processo, ou seja, alienação perante aquilo que estava sendo feito, tornando algo contínuo e repetitivo. Demonstrando que o homem vai perdendo sua característica humana, pois é inferiorizado para apenas uma força bruta, caracterizado como um animal de carga ou uma máquina (SEVERINO, 1992).

Os denominados modelos de produção do capitalismo fizeram com que ele se expandisse, pois, diferenciando o artesão do sistema feudal que conseguia produzir apenas uma cadeira por mês. As fábricas com seu suporte tecnológico de equipamentos e máquinas, tinham o poder de produzir em larga escala uma quantidade exorbitante de cadeiras em menos tempo. Isso fez com que o burguês tivesse uma lucratividade imediata pelo seu produto, pois era baseado em um trabalho explorado.

Contextualizando o processo de crescimento do sistema capitalista o mesmo ocorreu de forma gradativa com ideologias e modelos de produção para que se tornasse o que é na atualidade. Como exemplo das doutrinas desse sistema, inicia-se com o liberalismo, começando

com a Revolução Industrial no século XVIII com o nascimento das fábricas. Criado pelo filósofo John Locke (1632-1704), sendo ele o propulsor da ideia dos direitos naturais, como o direito à liberdade e a propriedade privada.

Esse pensamento dominou o imaginário da sociedade da época, pois ele prezava por um dos princípios básicos do capitalismo, o poder de lucrar individualmente, contestando os regimes econômicos anteriores de escravidão, dando o poder de compra a todos. Pelo qual, o aumento dos mercados consumidores era fundamental para a expansão da produção industrial.

O sentido de liberdade se reverbera até a contemporaneidade, pois para que o capital gire é necessário pessoas economicamente ativas, ou seja, qualquer indivíduo tem que ter a capacidade de produzir e consumir. Nesse processo iniciou-se a exclusão de uma parcela de pessoas, como por exemplo os indivíduos com deficiência que eram discriminados e excluídos, tendo que recorrer a trabalhos informais, prostituição e marginalização.

Além de existir um problema advindo de outros sistemas econômicos, sobre a falta de uma população economicamente ativa, pois no trabalho escravo característico do sistema feudal e colonial buscava apenas servir aos “senhores” tendo uma produção pequena e local. Por consequência da mudança radical estrutural no conceito de trabalho, os que serviam a outros no sistema capitalista tornaram-se responsáveis por eles próprios tendo que comprar e ao mesmo tempo tendo que garantir sua sobrevivência.

O operário se distingue dos escravos e dos servos por receber um salário a partir de um contrato livremente aceito entre as partes. No entanto, na famosa obra *O Capital*, Marx explica que essa relação de contrato livre é mera aparência e que, na verdade, o desenvolvimento do capitalismo supõe a exploração do trabalho operário. Isso porque o capitalista contrata o operário para trabalhar durante um certo período de horas a fim de alcançar uma determinada produção. Mas ocorre que o trabalhador, estando disponível todo tempo, acaba produzindo mais do que foi calculado inicialmente. Ou seja, a força de trabalho pode criar um valor superior. A parte do trabalho excedente não é paga ao operário, mas serve para aumentar cada vez mais o capital (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 276).

Tendo em vista que para as autoras refletem sobre a diferenciação entre os sistemas que antecedem o capitalismo, pelo qual ele se resume no salário e o poder ilusório de viver livremente trazendo o ideal liberal que além de excluir a população começou a explorar com jornadas de trabalho de mais de 8 horas e condições de trabalho insalubres. Contribuindo para que as desigualdades aumentassem e se mostrassem ainda mais evidentes, pois era explícito a divisão de classes sociais vigentes na sociedade.

Essas condições foram causando indignação na classe operária, que trabalhava pelo mínimo, enquanto a burguesia lucrava cada vez mais, gerando por vezes revolta. Dando como exemplo o filme “O Germinal” de 1993 que demonstra sobre esse processo de início do

sistema capitalista com mineiros na França no século XIX e as condições precarizadas e insalubres que os trabalhadores eram expostos. Relatando sobre os processos de reivindicações de condições de melhorias no trabalho.

Como forma de apaziguar a situação entre explorador e explorado, foram criados pelos ideais do liberalismo modos de organização da produção, com a finalidade de gerar mais lucro a burguesia e diminuir as condições de precarização do trabalhador. Iniciando com o taylorismo, teoria criada por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) no século XIX, que consiste na divisão das tarefas para se obter rapidez na produção. Sendo determinado o salário com base na produtividade do funcionário, gerando insatisfação por conta da limitação de funções.

Posteriormente surgiu o fordismo, criado por Henry Ford (1863-1947) no século XX, pelo qual ele compreendeu sobre a dinâmica entre produto e produtores para que o processo de criação dentro das fábricas atingisse eficiência, rapidez e a diminuição de gastos. Para que esse processo ocorresse existia uma linha de produção, com trabalhadores especializados em apenas uma tarefa de menor escala, gerando a alienação dele como mencionado anteriormente. Contudo para o burguês gerava rapidez e lucro e aos empregados uma forma de aprendizado e evolução.

Esse processo produtivo foi essencial para que a empresa Ford se expandisse, pois inibia de forma ilusória o conceito de exploração “acalmando” os funcionários, pois definia uma função a cada um deles e os processos de criação se tornaram menores, ou seja, a carga horária trabalhada diminuiu, isso gerou uma estruturação ao trabalho de fábrica, também aumentando os salários.

No entanto com a Grande Depressão, denominada de crise do capitalismo em 1929, gerou grandes problemas, pois estava ocorrendo a superprodução, por conta da eficiência do sistema Fordista, houve a queda da bolsa de valores em Nova York, inibindo o poder de compra da população. Isso gerou um período de extrema pobreza e insegurança, fazendo com que as fábricas da época falissem por conta da falta de consumo, gerando o desemprego em massa, ocorrendo uma inflação gigantesca nas mercadorias.

Como resposta a essa crise surgiu o keynesianismo em 1930, criado por John Maynard Keynes (1883-1946), com o intuito de gerar emprego a população que estava desesperada e com fome, focando no Estado como o protetor da econômica, gerando o famoso *Welfare State* que seria gerar o bem-estar para a população, promovendo emprego, regulando a economia.

Sendo esse período marcado por enormes gastos estatais que foram capazes de contornar a crise ofertando emprego, serviços gratuitos a população, com o intuito de resguardar a

economia local para que ela pudesse obter autossuficiência. Isso fez com que a população tivesse um sentimento de coletivismo, além do ideal liberalista estar em declínio por conta das dívidas advindas dos antigos impérios, comércio internacional e os meios de produção taylorismo e fordismo terem causados grandes prejuízos.

Por mais que os modos de produção foram se modificando com o tempo, o sistema capitalista continua crescendo pois o conceito dele é a reorganização com base no contexto nacional e mundial, ou seja, as doutrinações e modos de produção podem até cair com o passar do tempo, contudo o sistema continua se renovando (IAMAMOTO, 1998).

Sendo isso que ocorreu com o keynesianismo acabou ficando ultrapassado por conta das ditaduras militares e a Guerra Fria encontrando seu fim na década de 1980. Quando todas as economias globalizadas sofreram com a crise do Petróleo, pois esse combustível fóssil estava sofrendo grandes variações em seu preço, visto que todos utilizavam ele como sua principal *commodity* exportadora.

Para que o capitalismo se sobressaísse, culpabilizou-se o Estado, pois segundo o keynesianismo ele estava sobre o controle acentuado, trazendo dívidas externas cada vez maiores, causando tensões entre grandes potências mundiais Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) deixando o mundo inteiro em tensões. O conceito de *Welfare State* começou a ser visto como uma prisão do Estado sob o indivíduo. O mesmo que em 1929 foi considerado o salvador da população, passou a ser o grande vilão, sendo o pivô das crises econômicas.

Com essa insatisfação e do mesmo modo que surgiram outros modos de produção e doutrinas capitalistas, surgiu o neoliberalismo, sendo apoiado financeiramente pelo sistema proporcionando grande avanço a ele, pois trazia a comunicação e as tecnologias vinculadas ao mesmo. Essa doutrina aproveitou o enfraquecimento do Estado para tomar fama integrando-se em todo consciente da população. O neoliberalismo faz com que ocorra a rotatividade do capital, usando a competitividade entre os trabalhadores a seu favor, pois ele responsabiliza os indivíduos sobre os seus fracassos, culpabilizando-os sobre a pobreza, falta de escolaridade, desemprego e afins.

Isso faz com que o indivíduo se autoquestione constantemente e ponha a prova os direitos trabalhistas e sociais adquiridos, gerando a exclusão e a falta do senso do coletivo. Sendo exatamente essa concepção que o neoliberalismo preza, enquanto os indivíduos estão brigando entre si, analisando quem é o melhor, sempre se superando, o capitalismo se expande cada vez mais. Pelo qual, na esfera governamental essa doutrina usa do pensamento de Lobby

para continuar promovendo o capital e o desmanche do Estado e qualquer coisa adquirida por ele.

Para agir utiliza-se do marketing e suas tecnologias para criar a ideia de crise em diversos setores econômicos, culturais e afins estimulando para que a população venda a narrativa de sacrificar seus direitos em prol da manutenção da vida. Voltando ao conceito de alienação já mencionado, o trabalhador continua sendo manipulado, contudo ele acredita estar fazendo aquilo pelo seu próprio bem-estar.

Todo esse processo histórico foi essencial para que o Serviço Social ganhasse força, pois é uma profissão vinculada para criar respostas e enfrentamento as desigualdades advindas dos sistemas econômicos, principalmente o capitalismo e suas doutrinações. Atuando diretamente na questão social, pois segundo Yamamoto

[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Evidenciando que ao longo da história as riquezas sempre estiveram monopolizadas nas mãos de poucos, fazendo com que a grande maioria da população fosse explorada, tendo que se reinventar constantemente para sobreviver. Pois não foi apenas o capitalismo vinculado, tiveram todas as doutrinas e modos de produção para alienar e fetichizar a população a favor do consumo. Como se toda a classe operária usasse um “cabresto” olhando apenas ao que a burguesia deseja, seguindo sendo alienado e exercendo seu poder de compra.

Sendo assim o/a assistente social atua para retirar esse “cabresto” da população e demonstrar que a mesma deve reivindicar por direitos e uma vida digna. Pelo qual o profissional fica nessa balança de um lado a concentração de riquezas e do outro o crescimento da miséria (IAMAMOTO, 1998).

Todo esse conceito abordado sobre as doutrinações capitalistas é muito bem evidenciado no livro “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” da autora Marilda Villela Yamamoto, trazendo os conceitos do que o assistente social irá enfrentar sobre esse sistema na contemporaneidade. Demonstrando que todos os pensamentos trazidos pelo capitalismo, servem apenas como modelo de exploração e alienação para a classe trabalhadora.

Inclusive o Serviço Social surge como forma de doutrinação do capitalismo monopolista vinculado a igreja católica, com profissionais denominados de damas de caridade, que favoreciam o sistema em conjunto com suas doutrinações para alienar a população e manter a

ordem, pois o problema eminente era a questão social e as desigualdades que eram vinculados por ela. Visto que a profissão surge para apaziguar os conflitos, vinculado a filantropia, ou seja, o indivíduo era culpabilizado por ser pobre, pois todos perante a Deus tinham a mesma oportunidade, se ele estava passando por aquilo, seria por ter feito algo de errado, precisando assumir os seus pecados. Sendo esse o princípio do Serviço Social mundial antigo a culpabilização, mantendo sempre a paz para que o sistema crescesse (SANTOS; TELES; BEZERRA, 2013).

No Brasil o Serviço Social, surge com esse mesmo conceito para manter a paz na década de 1930, salientando que nessa época adentrávamos ao keynesianismo posterior a grande depressão, como já mencionado anteriormente. O país estava sendo governado pelo presidente Getúlio Vargas, pelo qual ele era considerado ‘pai dos pobres’. Diante disso, o presidente zela pelo bem-estar de sua população, com isso ele inaugura a perspectiva da política de assistência social com as ‘damas da caridade’ da Europa que mantinham a ordem local e envia brasileiras para estudar fora com a finalidade de trazer essa nova profissão ao país.

Após isso foi criado em 1932 em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado para as jovens católicas favorecendo o sentido da caridade do Serviço Social (ABRAHÃO; PARRÃO, 2017). Nesse período o medo se instaurava por conta das inflações e os ideais marxistas sobre o comunismo, pelo qual todos teriam o livre acesso aos meios de produção e o capitalismo entraria em desvantagem.

Isso faz com que a classe dominante se mantivesse em alerta para constantemente manter a ordem, pelo qual o trabalhador tinha apenas uma escolha, sendo ela seguir o padrão imposto. Esse conceito é evidenciado pela Martinelli (2011, p.57) ‘a realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o estado de ‘coisa pública’.

De qualquer forma o proletariado estaria submetido a servir a burguesia e os desejos dela impostos. Diante dessas demandas que o Serviço Social entra como atuante, passando a defender a classe operária, saindo do vínculo conservador e positivista de culpabilização do indivíduo, que foi o início do processo de formação do profissional, para uma abordagem crítica marxista. Pois se aquele indivíduo estava submetido a extrema pobreza, foi porque faltaram políticas públicas ao longo do processo de emancipação do sistema capitalista para avaliar esse problema.

Evidenciado por Iamamoto

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção

da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 28).

Tendo em vista que o/a assistente social é um/uma profissional apto/a para trabalhar diante das desigualdades impostas pelo sistema. Pois, como é demonstrado pela autora os indivíduos resistem ao que é imposto se reinventando. Nesse aspecto o Serviço Social contribui para zelar pelos direitos e contribuir para que eles sejam executados da forma na sua integralidade, enfrentando os danos que a sociedade capitalista nos impõe.

1.3 A precarização da mão de obra trabalhadora na contemporaneidade

Desde sua origem o sistema capitalista evolui direcionado ao aumento da acumulação capitalista pela burguesia, ou seja, aqueles que detém os meios de produção sempre irão buscar acumular mais seja aumentando sua produção, expandindo seus mercados ou cortando gastos em suas atividades.

Como Marx (1818-1883) evidencia o capitalismo se sustenta com base na premissa de que o proletário vende sua mão de obra ao burguês e por via desta troca, produz uma mercadoria que simultaneamente possui valor útil e valor de troca, o burguês por sua vez lucra e acumula capital no trabalho excedente que é fruto da diferença entre o valor útil e o que se negocia. Com base nesse princípio o sistema capitalista, visa automatizar diversos setores de produção, contudo ele sempre estará ligado a mão de obra humana de uma forma ou outra (GRANEMANN, 2006).

A partir deste princípio dado que não se pode superar o proletário o Capitalismo evoluiu ao focar-se em desenvolver a outra parte desta relação: o meio de produção. A evolução dos meios de produção e os avanços massivos tecnológicos permitiram que eles necessitassem cada vez menos dos proletariados, pois alcançavam novos patamares de produção e eficiência.

Para o Capital isto significa uma nova era de acúmulo de capital cada vez menos dependente de mão de obra, apesar de nunca capaz de extingui-la, mas em outra perspectiva este movimento simboliza para o proletariado a precarização, com a perda de inúmeros postos de trabalho e uma demanda de alta-especialização para poder integrar o mercado.

Esse pensamento é trazido pela autora Sara Granemann

Malgrado o desejo do capital se autonomizar o trabalho – irrealizável já que vem daí o valor excedente – as modernizações dos negócios capitalistas elevam a produtividade do trabalho, aumentam a exploração e, por dispensarem postos de trabalho, produzem o desemprego, mas não podem se desvencilhar da força de

trabalho como mercadoria que sempre precisam comprar para reproduzir e repor o capital (GRANEMANN, 2006, p. 15).

Demonstrando que ao longo da história as tecnologias vêm se desenvolvendo cada vez mais como substitutas da mão de obra trabalhadora e por vezes excluindo a mesma. Para o capital girar é necessário que o trabalhador esteja presente como principal consumidor daquilo que é produzido, ou seja, o que a autora evidencia é que o homem é necessário como principal reprodutor do sistema capitalista.

Essa reprodução se intensificou principalmente por conta do processo de globalização, fazendo com que ocorresse a integração entre países, principalmente econômicas auxiliando no fluxo do capital. Isso fez com que o processo de exploração e perda de direitos trabalhistas aumentasse (ANTUNES; ALVES, 2004). Pois a tendência contemporânea é a precarização do trabalho, visando a competitividade vinculada pela doutrina neoliberalista, em que algumas pessoas sofrem ainda mais pelo processo de exclusão do mercado de trabalho, enfrentando a realidade do desemprego e trabalho informal.

Evidenciado por Antunes e Alves (2006) os jovens que ao adentrarem ao mercado de trabalho sofrem com o desemprego estrutural e os idosos que dificilmente consegue reingressar no mercado de trabalho. Demonstrando que uma parcela da população brasileira é excluída dos trabalhos pela falta de experiência ou por serem consideradas improdutivas para o trabalho.

Os autores trazem a perspectiva que jovens e idosos são excluídos, contudo há uma grande parcela da população que é invisibilizada e por vezes não sendo inserida nessas classificações de emprego e desemprego, sendo elas as pessoas com deficiência. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2021, o Brasil tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, pelo qual apenas 28,3% dessas pessoas estão inseridas no mercado de trabalho.

Essa parcela da população brasileira é excluída do mercado de trabalho por serem considerados improdutivos e até um problema para o local de trabalho pela falta de acessibilidade. A jornalista Camila Boehm (2021) em sua reportagem feita pela Agência Brasil, elucida isso com dados, pois cerca de 15% das pessoas com deficiência no estado de São Paulo, nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho.

Todo esse processo de exclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é contraditório, pois existem as Tecnologias Assistivas, pelo qual é posto pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu artigo 3º inciso III sobre a temática, seguindo da seguinte forma:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

Demonstrando formas que favorecem a participação da pessoa com deficiência auxiliando-as conforme as limitações que possuem. Segundo a matéria do O Jornal Informativo do Grupo PET- SI do/a jornalista Davidson Nilson Mendes Negrão e Rafaela Oliveira da Silva (2021), eles expõem exemplos de tecnologia assistiva no dia a dia como: os leitores de tela e ampliadores de imagem - transcrevem a imagem para texto; *hand talk* - facilita na tradução para Libras (Língua Brasileira de Sinais); pernas robóticas - auxiliam as pessoas que perderam esse membro a se locomoverem.

Além de ações afirmativas que assegurem a obrigatoriedade das empresas na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, como a Lei Federal nº 8.213/91 denominada de Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99, salientado pelo artigo 93º sobre a exigência de inclusão.

Art. 93º- A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:
I - até duzentos empregados, dois por cento;
II - de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;
III - de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou
IV - mais de mil empregados, cinco por cento (BRASIL, 1991).

Nesse artigo há a obrigação das empresas em ter pessoas com deficiência contratadas em seu meio, cabendo ao Ministério do Trabalho e Emprego fiscalizar sobre as exigências estabelecidas no inciso mencionado. Para as empresas que cumprem essa condição traz incentivos fiscais ou creditícios, segundo o jornalista Janary Júnior (2021) na reportagem da Câmara dos Deputados a proposta será a integração social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Outro ponto a ser salientado pelo artigo 93 é o termo utilizado pessoa portadora de deficiência, essa terminologia concede a ilusão que a deficiência é algo que se carrega e pode ser deixado de lado, contudo ela é continua sendo desde o nascimento ou adquirida ao longo da vida. Diante disso, na atualidade e de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2007, o termo correto a ser utilizado é pessoa com deficiência a sigla sendo PCD.

Inferindo que existem meios e ações afirmativas para a pessoa com deficiência ser inserida no mercado de trabalho, que serão mostradas ao longo do trabalho, expondo os meios

para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal. Com o intuito de reverter a escolha desses indivíduos pela informalidade, pois por vezes é a única oportunidade que possuem.

2 OS SISTEMAS ECONÔMICOS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Tendo em vista, as mazelas que os sistemas econômicos trouxeram em relação a produtividade, competitividade e padrões corporais, gerando certas imposições para que as pessoas se encaixassem. Esses modelos fizeram com que uma parcela da população que não tivesse aquelas características pré-determinadas, fossem excluídas, pois a diversidade humana era malvista, um exemplo de pessoas que sofreram essas imposições foram os indivíduos com deficiência.

O pensamento de produtividade foi inserido ao longo do crescimento dos sistemas econômicos, criando padrões conforme a necessidade da época, a princípio relacionado com a força bruta, posteriormente com o pensamento intelectual e na contemporaneidade envolve o nível de lucratividade perante cada indivíduo. Isso submeteu a população com deficiência a exclusão e a discriminação, fazendo com que eles estivessem sujeitos as desigualdades dos sistemas.

Durante o desenvolvimento da humanidade foram poucas as civilizações que tinham a aceitação sob a diversidade humana. Isso fazia com que todo e qualquer tipo de indivíduo que saísse dos moldes determinados sofresse a discriminação, o preconceito e a exclusão - em âmbito social, econômico e de todos os serviços e espaços da sociedade civil.

Trazendo o viés da pessoa com deficiência que por anos foi segregada e excluída da sociedade, por conta das influências presentes dos sistemas econômicos, fizeram com que a falta de aceitação perante a diversidade humana ficasse presente por décadas. Essa ação foi tão maléfica para a sociedade que começaram a banir as pessoas com deficiência do convívio em comunidade por serem diferentes, sendo necessário criar ações afirmativas para inserção desses indivíduos.

Tendo que o Estado interferir criando meios para a inclusão da pessoa com deficiência, sancionando ações afirmativas. Como exemplo um dos primeiros documentos criados foi a Declaração Universal do Direitos Humanos, sendo um caminho para a nação seguir com o intuito de reverter as mazelas de discriminação que as pessoas com deficiência e outras sofreram.

Outros documentos que contribuíram para a inclusão dessa população na sociedade civil e em todos os ambientes que envolvem a mesma. Foi a Constituição Federal de 1988, prezando pela igualdade de todos e a não discriminação, salientando também a Lei de Cotas de 1991 com o intuito da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Posteriormente a

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, criada em 2006 e ratificada no Brasil no ano posterior. E o mais atual a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 para a promoção da inclusão desse agrupamento na sociedade.

2.1 Os antecedentes da segregação da pessoa com deficiência na sociedade

Conforme foi mencionado na introdução as pessoas com deficiência foram segregadas, discriminadas e excluídas por séculos na sociedade, pela falta de aceitação com a diversidade humana. Segundo Corrent (2016) “foram considerados como loucos, bandidos ou simplesmente foram excluídos da sociedade por serem vistos como incompletos incapazes ou anormais”.

Tendo em vista, que as pessoas com deficiência sempre existiram, contudo, elas eram impedidas de conviver em sociedade, sendo banidas do convívio em sociedade ou mortas ao nascimento. Cada civilização considerava uma postura perante esses indivíduos que serão demonstradas ao longo desse item.

Exemplificando uma sociedade que aceitava as pessoas com deficiência as tratando de forma respeitosa e justo é a egípcia, com uma economia marcada pela agricultura, lembrando o sistema feudal, em que existia uma pirâmide hierárquica. Sendo mantido o trono de forma hereditária pelos faraós que possuíam poder absoluto sobre a sociedade.

A visão que os egípcios possuíam perante a pessoa com deficiência era de compreensão, fazendo com que esses indivíduos recebessem honorarias. Sendo demonstrado pelo autor Nikolas Corrent

[...] os egípcios se mostravam, mas caridosos quantos, essas questões, pois demonstravam afetos e preocupações com as pessoas que eram deficientes, oportunizando eles de terem trabalhos, como poderem se sustentar e ter uma vida comum com os demais (CORRENT, 2016, p.2).

Sendo demonstrado pelo autor que a sociedade egípcia prezava pelo princípio da inclusão, modelo esse que deveria ter sido levado para outras civilizações. Segundo o autor os egípcios empregavam as pessoas com deficiência, principalmente os que possuíam nanismo (deficiência que afeta o crescimento), nos mais altos cargos. Além, de terem uma aceitação maior, pois no Egito Antigo ocorriam muitas tempestades de areia, fazendo com que a população sofresse de cegueira (CORRENT, 2016).

Demonstrando que o princípio de aceitação e inclusão que é tanto atribuído na sociedade contemporânea já se constituía na sociedade egípcia. Contudo existiam muitas civilizações que prezavam por um padrão corporal adequado para guerrear, sofrendo assim influências maléficas

sob a questão do tipo físico, pelo qual os indivíduos considerados fortes e viris eram aptos para as batalhas.

Retornando ao pensamento de exclusão perante a diversidade humana, pode se destacar a sociedade grega e romana que foram fortes influências negativas que marcaram a segregação perante a pessoa com deficiência. Contextualizando a sociedade grega que valorizava o físico perfeito, buscando sempre estar no padrão imposto. Aos que fugiam desse modelo eram considerados sub-humanos e indivíduos que não tinham nada a contribuir para a sociedade (CORRENT, 2016).

Salientando que os gregos prezavam pelo crescimento das cidades-estados de Atenas e Esparta, poderosas polis da época, sendo que para eles os meios de desenvolvimento seriam através das guerras e domínio de novas terras, considerando as pessoas com deficiência inapropriadas e improdutivas para as batalhas.

Esse pensamento também se agrava com os ideais dos filósofos clássicos gregos da época, Platão (428 a.C à 348 a.C) e Aristóteles (348 a.C à 322 a.C) que tinham a compreensão que a pessoa com deficiência era dependente economicamente, contribuindo para o ideal de discriminação e eliminação delas.

Todo esse contexto também era adotado na sociedade romana, contudo de uma forma mais radical, pois os gregos tentavam de uma forma discriminatória explicar o porquê a pessoa com deficiência era segregada, já os romanos seguiam o princípio de sacrifício. Elucidado no trecho do autor Corrent

A sociedade romana considera inútil a existência de deficientes e pior considera-os descartáveis, defendendo a ideologia de sacrificar, ou deixar a mercê da sorte, porque muitas vezes deixavam essas crianças em lugares de extremo perigo, como lugares que viviam animais selvagens, famintos, com isso acabavam por devorar essas crianças, outros as colocavam em rios ou em lugares considerados sagrados e as abandonavam (CORRENT, 2016, p. 6).

As atitudes que os romanos levavam perante as pessoas com deficiência eram completamente contrárias ao povo egípcio, pois eles simplesmente impediam que esses indivíduos sobrevivessem desde pequenos, demonstrando uma visão de superioridade e maldade. Segundo o autor, as pessoas com deficiência serviam apenas para critérios atrativos quando envolvia prostituição ou atrações de circo. Essa concepção de autoridade perante o outro, veio através das influências sob questão de padrão corporal, em que a diversidade sempre foi discriminada (CORRENT, 2016).

Outra concepção que fez com que se perpetuasse a discriminação com os indivíduos com deficiência foi a visão do cristianismo perante essas pessoas. Salientando que tudo que

envolvia a Deus era voltado a perversão, ou seja, se ocorreu um nascimento de um ser com deficiência, algo teria cometido a pessoa ou sua família, para estar passando por aquele infortúnio. Assim se perpetuava a visão de discriminação e exclusão da sociedade.

Esses indivíduos eram retirados do convívio social, sem nenhuma culpa, sendo uma prática higienista, servindo como limpeza da cidade, voltando a concepção de manter apenas os padrões impostos, ou seja, esses indivíduos eram colocados em manicômios e instituições (FERREIRA, 2019, p.3).

O conceito Higienista parte da deturpação do Darwinismo por parte de Hebert Spencer (1820 – 1903) um filósofo do século XIX. Ele se impressionou com conceito do naturalista Charles Darwin (1809 -1882) que impactou o mundo com sua magna opus "A Origem das Espécies" apontando que ao longo da história natural as espécies evoluíram para adaptar-se ao ambiente e prosperar.

Spencer apropria-se dessa ideia para afirmar que a civilização europeia teria se adaptado ao clima frio e denso do continente. Diante disso, o filósofo cria as bases do racismo moderno, eugenia e higienismo, declarando que existem populações superiores e as demais que saíssem desse padrão europeu heterossexual, cristão e afins, deveriam ser exterminadas ou conquistar a fim de "levar a luz" a aqueles que eram considerados inferiores.

Todas essas influências e imposições sobre a pessoa com deficiência em relação a castigo divino, raça inferior, e afins, foram transmitidas ao Brasil, por conta de seus colonizadores portugueses e espanhóis. Dessa forma o país herdou o preconceito, seletividade, e a exclusão dessa parcela da população do convívio social.

O contexto histórico de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil foi um dos assuntos do III Congresso Científico Online da FEAPES-SP que ocorreu em agosto de 2022, trazendo o professor doutor Fábio Alexandre Gomes no diálogo sobre ‘‘A defesa e garantia de direitos humanos da pessoa com deficiência e seus impactos na inclusão social’’.

Nessa palestra Gomes relatou sobre o contexto histórico das pessoas com deficiência no Brasil, iniciando no período colonial (1500 – 1815), sendo marcado pela exclusão e segregação das pessoas com deficiência, elas eram confinadas por suas famílias em instituições totais em sua maioria nas Santas Casas de Misericórdia, ou seja, discriminação, preconceito e rejeição perante essa população.

Posteriormente no século XIX com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, começaram a ocorrer medidas de acolhimento da sociedade, sendo sancionado o Decreto nº 82 de 1841 ‘‘Fundando um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com denominação de hospício de Pedro II’’ (BRASIL, 1841). Esse hospital servia para atendimento

de pessoas com transtornos mentais e pessoas com deficiência intelectual ou alguma forma de loucura considerada na época.

Em 1854 foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro pelo Decreto nº 1428 de 1854 (BRASIL, 1854) e em 1856 o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos ambos com intuito de oferecer educação a pessoa com deficiência em sua maioria intelectual, baseando no ensino religioso e tratamentos assistencialistas.

Seguindo adiante o pensamento de preconceito diante dessa população ainda se perpetuava, pois com a Constituição de 1934 no artigo 138 “ Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar” (BRASIL, 1934). Esse artigo está associado ao pensamento de dependência perante a pessoa com deficiência, contudo já havia um pensamento mesmo que pequeno voltado a serviços especializados voltados para elas.

Por mais começou a se vincular amparos legais para a pessoa com deficiência, não eram todos os seus direitos garantidos, pois se perpetuava o pensamento de excluí-los da sociedade por vergonha ou temor. Um grande exemplo de eliminação do convívio social das pessoas com deficiência no Brasil, é retratado no livro *Holocausto Brasileiro*, escrito pela jornalista Daniela Arbex publicado em 2013, se tornando documentário em 2016 com auxílio do diretor Armando Mendz.

Elucidando que o documentário expõe sobre uma catástrofe que ocorreu no país no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena em Minas Gerais criado em 1903, sendo um hospital de renome para burguesia brasileira da época. Contudo essa visão mudou entre 1930 e 1970, pois o hospital passou a servir como depósito de pessoas consideradas impuras para a sociedade, sendo abandonadas por suas famílias com o intuito de morrerem.

Essas pessoas que eram banidas do convívio social são majoritariamente indivíduos negros e com deficiência, característica da falta de políticas e do Estado atuar perante a diversidade humana. Demonstrando que a sociedade sempre discriminou os indivíduos que saíssem do padrão imposto, o Centro Hospitalar foi comparado a um campo de concentração de Auschwitz época da Alemanha nazista, pois morreram mais de 60 mil pessoas, que viviam em condições insalubres, privados de amparos físico, emocional e mental. Sendo para época a resolução do problema, colocar esses indivíduos “problemáticos” para a sociedade em um local para morrer, pois a mesma e o Estado não precisariam ter preocupação perante essas ações.

Entretanto as barbaridades que ocorreram foram tão grandes que começaram a ter inúmeras denúncias sobre o Centro Hospitalar, além de começar a gerar problemas sanitários

para cidade, pois o mau cheiro em relação ao lugar estava incomodando por conta da decomposição dos corpos. Sendo esse mais um exemplo das atrocidades que a pessoa com deficiência teve que passar por ser diferente.

Elucidando que por séculos os indivíduos com deficiência foram impedidos de viver em sociedade, discriminados e tratados como impuros por conta da diversidade humana. Por isso foi necessário criar ações afirmativas para a inserção da pessoa com deficiência em sociedade e posteriormente no mercado de trabalho, com a finalidade de reverter todas as barbaridades que elas já sofreram.

Foi necessário percorrer um caminho histórico de discriminação para contextualizar a realidade na contemporaneidade da pessoa com deficiência, que passou por um caminho árduo até conquistar o que é visto hoje. Segundo a autora Ferreira (2019) ‘esse segmento populacional foi marcado por exclusão e discriminação, não podendo gozar de direitos inerentes ao ser humano’, ou seja, como comentar sobre a inclusão dessa população no mercado de trabalho, sendo que foi necessário um percurso histórico de obrigatoriedade para inseri-lás simplesmente no convívio social.

2.2 As ações afirmativas para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho

No item anterior foi mencionado o processo árduo de indiferença perante a diversidade humana, pelas influências que envolvem religião, ciência e padrão corporal, fazendo com que fosse necessário criar formas concretas para inclusão da pessoa com deficiência. Pois como já foi dito é um processo de discriminação enraizada por séculos, sendo indispensável reverter essa imposição cultural.

Dando início a esse processo de reversão, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo foi tomado por visões discriminatórias e eugenistas que levaram uma parcela da população considerada diferente do padrão fosse exterminada. Tendo como exemplo novamente o nazismo que levou a morte de milhares de judeus, negros, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAP+, sendo banidos do convívio social e condenados à morte.

Todas essas práticas discriminatórias foram lembradas através dos recursos envolvendo câmeras, rádios, trabalhos jornalísticos, e afins, ou seja, registros sobre as atrocidades cometidas nesse período. Isso despertou o clamor por justiça diante dessas atitudes horrendas e como forma de impedir que ocorresse novamente, foi necessário definir limites sociais perante a atuação preconceituosa.

Foi então pensado em formas de garantir legalmente a integridade humana para que essa jamais fosse violada novamente. Com esse pensamento surgiu a Organização das Nações

Unidas (ONU) em 1945 no dia 24 de outubro em São Francisco, Califórnia nos Estado Unidos da América, proporcionando um ambiente universal de diálogo entre as potências mundiais. Através dela gerou-se a Declaração Universal do Direitos Humanos, ratificada no dia 10 de dezembro de 1948, como pilar de defesa dos direitos de cada pessoa no planeta.

A declaração em seu texto base proíbe qualquer forma de restrição as liberdades individuais, garante o direito incondicional a vida, propriedade, liberdade, educação e moradia e condena qualquer forma de tortura, práticas cruéis ou degradantes. Tendo como objetivo garantir que os direitos de cada ser humano sejam respeitados, algo que foi revolucionário a época justamente por seu escopo: todos os seres humanos, sem nenhuma distinção (ONU, 1948).

Esse aspecto teve um impacto massivo acerca de conflitos e perseguições étnicas, mas também teve uma relevância inédita na história, pois pela primeira vez na civilização humana havia-se garantido o direito à vida e a participação plena na sociedade as pessoas com deficiência em todo o mundo, pois a declaração não fez nenhum tipo de segregação.

Seguindo então o princípio de inclusão que o povo egípcio prezou na antiguidade foi a partir de 1970 que os movimentos sociais em prol das pessoas com deficiência ganharam relevância na sociedade, pois iniciou-se o processo de responsabilização da sociedade e do Estado sobre a pessoa com deficiência, tendo um entendimento social sobre ela. Diante disso em 1979 criou-se a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficiente, com o intuito de ter estratégias de luta sobre os direitos dessa população. Posteriormente em 1981 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), colocando essa população como protagonista nos debates mundiais e brasileiros (JUNIOR, 2011).

Foi através desses movimentos sociais em prol da pessoa com deficiência que o Brasil no seu contexto de redemocratização de direitos pós ditadura militar, começou a enxergar esses indivíduos fora do conceito patológico, porém em um contexto social em que a sociedade criava barreiras físicas e intelectuais para que essa população não fosse incluída. Isso gerou um protagonismo primordial na elaboração da Constituição Federal, reivindicando pela plena cidadania, sendo o primeiro país a englobar esses direitos para essas pessoas (GOMES, 2022).

Na Constituição Federal de 1988 foi declarado em seu artigo 1º destacando sobre os direitos fundamentais no inciso III sobre o direito a dignidade da pessoa humana, salientando também o artigo 3º se atribuem os princípios fundamentais constituídos, em que no inciso IV relata sobre a promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação (BRASIL, 1988). Esses artigos prezam pelo bem-estar da pessoa

com deficiência viver e conviver livremente em sociedade, sem discriminação e preconceito de nenhum tipo. Todas essas ações foram necessárias para sancionar medidas de inclusão da pessoa com deficiência em sociedade, seguindo o ponto que elas não sofressem nenhum tipo de discriminação auxiliando-as com direitos para esse convívio livre.

Seguindo agora no ponto de direitos sobre a inclusão da população com deficiência no mercado de trabalho, pois até no período colonial e posterior a ele, era apenas pensado no conceito de inserção educacional desses indivíduos. Contudo era necessário a inserção em todos os âmbitos que a sociedade civil proporciona, como o trabalho, prezando pela habilitação, reabilitação e socialização dessas pessoas.

Entrando nesse assunto é vinculada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º sobre o direito ao trabalho (BRASIL, 1988), ou seja, todo cidadão brasileiro tem como direito constitucional o direito de trabalhar. Sendo através desse concedido uma das primeiras ações de obrigatoriedade de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Posterior a Constituição foi sancionada a Lei nº 8.213 de 1991, denominada Lei de Cotas, sendo uma ação afirmativa para o ingresso e permanência do trabalhador com deficiência, essa lei já foi mencionada no item 1.3 desse trabalho.

Outro ponto de relevância nesse assunto foi a Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência de 2007 ratificada em 2008 no país através do Decreto nº 6.949 de 2009, trazendo alguns princípios fundamentais como: em seu artigo 26º sobre a habilitação e reabilitação para que as pessoas com deficiência tenham o máximo de autonomia e capacidade física, mental, social e profissional para inclusão em sociedade, tendo serviços e programas que auxiliem nesse aspecto. Tendo como princípio o trabalho de inserção dessa população em estágios com apoio multidisciplinar (BRASIL, 2009).

Além do artigo 27º se voltar especificamente para demanda de trabalho e emprego

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:

- a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;
- b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e

salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;

c) Assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais pessoas;

d) Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;

f) Promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio;

g) Empregar pessoas com deficiência no setor público;

h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;

i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;

j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho;

k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência.

2.Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório (BRASIL, 2009).

Esse artigo irá abordar todas as obrigatoriedades que envolvem a contratação da pessoa com deficiência, tendo como princípio obvio a não discriminação, a igualdade, o direito trabalhista, a oportunidade ao emprego e afins. A Convenção de 2007 teve como objetivo dar o direcionamento mundial para sancionar a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito social, pois era necessário uma orientação específica sobre essa demanda.

Sendo através da Convenção que foi promulgado a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 2015, o próprio nome da mesma induz sobre o quesito de incluir essas pessoas em sociedade e no trabalho (GOMES, 2022). Essa lei visa o direito à liberdade fundamental desses indivíduos.

Em relação a inclusão no mercado de trabalho, é atribuído através do artigo 34º sobre o direito à livre escolha da pessoa com deficiência, em que elas têm que ter as mesmas oportunidades de emprego que as demais pessoas. Além da seção III ser específica a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, no artigo 37º relata sobre a igualdade de oportunidade de emprego, acessibilidade e adaptação de recursos ao ambiente de trabalho (BRASIL, 2015).

Tendo em vista que o primordial sancionado por essa lei, atribuisse ao artigo 2º, contextualizando

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação (BRASIL, 2015).

Através desse artigo a pessoa com deficiência tem o direito legal, por meio de um laudo biopsicossocial, sendo ele um procedimento técnico, para verificar e identificar os impeditivos referente a aquela específica deficiência, com o intuito de comprovação na autonomia, habilitação e reabilitação do indivíduo com deficiência (RAMOS, 2022). Por meio laudo a pessoa com deficiência pode assegurar seus direitos.

Essas são as ações afirmativas da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, pelas quais as formas de fiscalização são através do Ministério do Trabalho e Emprego por meio da normativa MTE/SIT nº 98 de 2012 que “Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento, por parte dos empregadores, das normas destinadas à inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e beneficiários da Previdência Social reabilitados” (BRASIL, 2012). Segundo o Tribunal Superior do Trabalho será mantida uma multa a empresa que não demonstrar empenho na contratação de pessoas com deficiência (SECOM, 2022).

Salientando que todas essas ações afirmativas foram necessárias para a inclusão da pessoa com deficiência em sociedade e a obrigatoriedade legal delas no mercado de trabalho. Entretanto ainda existem algumas implicações pragmáticas a serem combatidas que advém do sistema econômico no qual estamos inseridos, atualmente o capitalismo.

O capitalismo aprofunda as desigualdades sociais com o ideal neoliberal que é defensor da não participação do Estado na economia, dando total liberdade ao comércio favorecendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Isso gera a competitividade e a produtividade exacerbada, fazendo com que o conceito de inclusão retroceda (FERREIRA, 2019).

Esse viés faz com que as empresas procurem apenas a produção considerando a deficiência como desvantagem restringindo essas pessoas do mercado de trabalho. Segundo a autora Maria Helena Alcântara de Oliveira

Ainda é pequeno o percentual de contratações por empresas que não são obrigadas a cumprir a lei. As empresas veem a contratação de pessoas com deficiência como uma obrigação legal. As pessoas com deficiência não são vistas como funcionários produtivos e competitivos. O grande empecilho para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda é cultural. As vagas oferecidas são muito operacionais e pouco atrativas. É grande o percentual de empresas que contratam pessoas com deficiência apenas para cumprir a lei. A minoria contrata porque valoriza

a diversidade e acredita no potencial ou porque tem interesse no perfil do candidato (OLIVEIRA, 2017, p. 130).

A autora leva em consideração o quanto o sistema capitalista está presente no quesito da contratação para o mercado de trabalho, pois a lucratividade vem antes da questão de oportunidade para todos. Diante disso, no próximo capítulo terá como exemplo as formas de valorização da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, levando em consideração a igualdade e a não discriminação desses indivíduos. Pois por mais que o capitalismo preze pelo conceito de produtividade existem meios para a inserção de todos no mercado de trabalho.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) E O EMPREGO APOIADO

Como forma de desfecho de todas as reflexões trazidas ao longo desse trabalho sobre a questão da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, nesse capítulo será mostrado as ações afirmativas para a questão da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Por conta da segregação que ocorreu com a pessoa com deficiência por séculos, ela foi impedida de ter vivências reais que são incorporadas pela sociedade civil. Dessa forma, demonstramos no capítulo anterior os meios legais de inclusão desses indivíduos. Além do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos que foram criados no Brasil Império nos anos 1840 e 1850, houve a criação da Sociedade Pestalozzi e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o intuito de apoiar o protagonismo das pessoas com deficiência (GOMES, 2022).

Como forma de oferecer o reconhecimento necessário da pessoa com deficiência, esse capítulo abordará sobre os direitos, tendo como exemplo a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais, contextualizando o histórico de criação da entidade e os trabalhos efetuados por ela. Essa análise utilizou de recursos documentais produzidos pela APAE do município de Franca localizado no interior do estado de São Paulo.

Os documentos avaliados durante os anos de 2021 e 2022 serviram para contribuir com o desenvolvimento do trabalho, colaborando com o processo reflexivo dele, contribuindo com a análise dos desafios da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

O exemplo mencionado trata-se da análise do programa denominado Emprego Inclusivo que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Seguindo o princípio legal de inclusão, da habilitação, da reabilitação e da socialização desses indivíduos.

Além de demonstrar o trabalho do Serviço Social para a efetivação e garantia dos direitos das pessoas com deficiência e no caso do trabalhador com deficiência. Pois essa análise traz como ênfase o direito de igualdade garantido na constituição e corrobora para a luta contra as imposições que o sistema capitalista determina.

3.1 História da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca e o Serviço Social

Iniciaremos então com o processo histórico de desenvolvimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais na década de 1950, sendo criada com o objetivo de oferecer atenção integral nas áreas da educação, saúde e assistência social para pessoas com deficiência intelectual e múltipla (OLIVEIRA, 2017).

Como a pessoa com deficiência no Brasil e no mundo foi impedida de conviver socialmente, as famílias com membros com deficiências tinham dificuldade em matriculá-los em escolas de ensino regular, em razão da discriminação e da não aceitação desses indivíduos no espaço escolar.

Famílias de pessoas com deficiência, tinham a preocupação em relação a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, sendo o caso da D. Beatrice Bemis que tinha uma filha com tinha Síndrome de Down. A síndrome de Down caracteriza-se como uma deficiência de alteração genética causada por uma divisão celular atípica, tendo algumas características físicas marcantes como: olhos oblíquos, rosto arredondado, mãos menores e comprometimento intelectual (VARELLA, 1990).

A presença de deficiências e principalmente da deficiência intelectual fazia com que os indivíduos com deficiência fossem impedidos de ser matriculados em escolas regulares, por conta da falta de uma política educacional inclusiva, aliada a ausência de profissionais qualificados para atender essas demandas. Diante disso D. Beatrice Bemis procurou formas para que sua filha tivesse uma educação convencional como qualquer outra pessoa de sua idade, criando a APAE no estado do Rio de Janeiro.

Foi a partir de então, que o movimento da pessoa com deficiência começou a ter mais adesão no país e no mundo, juntando outros indivíduos que também se preocupavam com a causa. Tendo como objetivo possibilitar que os indivíduos com deficiência tivessem um processo de desenvolvimento e aprendizado em um ambiente favorável, pois estavam impedidas de serem matriculadas em escolas comuns da época (OLIVEIRA, 2017).

O movimento das APAEs permitiu que o paradigma de inclusão tivesse visibilidade, favorecendo a representatividade da diversidade humana, contexto esse essencial para o ser humano se sentir pertencente. Como as demandas em relação a pessoa com deficiência não estavam apenas localizados no Rio de Janeiro, mas em todo país, houve uma expansão das Associação de Pais e Amigos Excepcionais pelo Brasil.

Em razão da ampla expansão de unidades de APAEs, houve a necessidade de criar algo que articulasse formas de orientação e diretrizes para o alinhamento do trabalho e das ações com deficiência, foi criado então em 1962 a Federação Nacional das Apaes (FENAPES) com sede em Brasília. Dados da FENAPES referem que há 2.159 unidades distribuídas pelos 26 estados localizadas em mais de 2.000 municípios brasileiros, atendendo aproximadamente 250 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla (OLIVEIRA, 2017).

A Rede Apae oferta serviços nas áreas de saúde, com o acompanhamento da pessoa com deficiência ao longo de sua vida, através da habilitação. Na política de assistência social oferta serviços de proteção social para a pessoa com deficiência e suas famílias, defesa e garantia de direitos, apoio e inserção no mundo do trabalho, buscando investir na autonomia e inclusão social; na educação oferta serviços especializados da educação básica, séries iniciais, além da educação especial para o trabalho voltado a inclusão no mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2017).

Como forma de contextualizar as deficiências será demonstrado o pensamento das autoras Fabiana Maria e Erenice Natalia no documento norteador sobre a educação e ação pedagógica da APAE Brasil

[...] No âmbito científico deficiência intelectual remete a inteligência e racionalidade, atributos característicos do ser humano e por ele valorizados. Compreender a inteligência e seu funcionamento tem sido, portando, um desafio que ocupa cientistas e estudiosos de todo mundo em diferentes épocas (SOARES; CARVALHO, 2017, p. 22).

[...] A deficiência múltipla abrange a associação de deficiência que podem variar conforme o número, a intensidade e a abrangência dos impedimentos individuais e seus impactos no nível funcional da pessoa. Desse modo, a associação de deficiência implica variadas condições e capacidades singulares de cada pessoa, podendo considerar: (a) tipo e número de impedimentos; (b) abrangência das áreas implicadas e; (c) idade de aquisição desses impedimentos. Essas condições subsidiam soluções e decisões favoráveis as pessoas em situação de deficiência, tendo em vista sua plena acessibilidade e participação (OLIVEIRA, 2017, p. 25).

Sendo demonstrado pelas autoras que a deficiência intelectual e múltipla afeta na inteligência, racionalidade e nos impactos funcionais nos indivíduos que as possuem, sendo ainda muito estudado. Como forma de garantir a integralidade dos direitos, são amparados legalmente pela Lei Brasileira de Inclusão (2015) atribuída pelo artigo 2º, pelo qual está elucidado nesse trabalho no item 2.2. Diante disso essa parcela da população está amparada legalmente para ser incluída em diversos setores da sociedade civil e do âmbito da vida.

Salientado também pelas mesmas autoras sobre a idade do público-alvo atendido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, sendo as seguintes fases: infância – sendo a idade que vai do nascimento até os 11 anos e 11 meses; adolescência – período dos 12 aos 18 anos; jovem – segue a faixa etária dos 14 e 29 anos e 11 meses; adulto – caracterizando como

fase entre 30 e 59 anos e 11 meses; por fim o idoso – com idade igual ou superior a 60 anos (OLIVEIRA, 2017).

Tendo como enfoque o jovem e o adulto, fase da vida que se atribuem o conceito de trabalho, autonomia e protagonismo sobre as escolhas individuais da pessoa com deficiência. São nessas fases que devem receber atividades de preparação para o mercado de trabalho.

Antes de relacionar sobre o trabalho é necessário contextualizar sobre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca em que foi analisado o Projeto do Emprego Inclusivo que será demonstrado no próximo item. A cidade de Franca é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo que possui aproximadamente 318.640 habitantes (IBGE, 2010).

A região foi povoada com a descoberta de Goiás e Minas Gerais no século XVI sua data de fundação foi em 3 dezembro de 1805 por Hipólito Antônio Pinheiro (1754 – 1840). Tendo seu aniversário em 28 de novembro, data essa que se comemora a criação e emancipação do município. A cidade foi crescendo por conta do fluxo entre esses estados e por conta da procura por novas atividades voltadas para terra, além da mineração. Isso fez com que a população começasse a ocupar a região (ROCHA, 2017).

Após o breve contexto sobre a cidade de Franca, abordaremos a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, localizada nesse município, as informações que serão mencionadas foram retiradas no próprio site da instituição. A criação da APAE em Franca deu-se em 1967 pelo Drº. Wilson Fonseca e Drº. Alfredo H. Costa que participavam da Comissão de Assistência aos Excepcionais do Rotary Club Franca Centro. Eles ficaram impactados com a causa da pessoa com deficiência e a falta de auxílio para essas pessoas no município, resolvendo assim buscar formas para debater essa problemática.

Em 1969 o atendimento para pessoas com deficiência era realizado em apenas 5 escolas da cidade, tendo a necessidade de ampliação desse serviço, pois o atendimento seria para além do nível escolar. Além do suporte também ser oferecido para as cidades próximas de Franca que não possuíam estrutura financeira para essa demanda. Diante disso, Fonseca visitou a APAE de São Paulo para obter orientações sobre como funcionava a oferta de serviços.

Após essa visita, foi realizada assembleias com o intuito de buscar apoio para fundação da APAE no município. No ano de 1970 a APAE de Franca foi registrada em cartório em 1971 no mês de junho recebeu o Título de Utilidade Pública Municipal por conta da Lei Municipal nº 1985. Posteriormente em 1972 promoveu convênio com a Prefeitura de Franca, em 1973 o atendimento era realizado das 8 horas ao meio-dia, com apenas três salas e uma

equipe pequena composta por assistente social (1); médicos voluntários (3); orientadora pedagógica (1); fisioterapeuta (1) e estagiários voluntários na rua Tiradentes.

Apenas em 1973 o prefeito da cidade Drº. Hélio Palermo fez a doação do terreno onde se localiza atualmente a associação na Avenida Dom Pedro I, nº 1871 no Jardim Petrágria, recebendo também no mesmo ano a filiação com a Federação Estadual das APAEs. Posteriormente em 1974 recebeu o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CEBAS), iniciando também a terraplanagem no terreno que foi doado para a construção do prédio, que teve seu início apenas em 1977 com serviços voltados à área da educação.

Atualmente APAE do município de Franca recebe diversos prêmios por ser reconhecida nacionalmente pelos serviços ofertados, voltados não apenas para educação, mas para a saúde e assistência social.

Toda essa contextualização sobre a APAE foi necessária para conceituar a questão atribuída como Terceiro Setor. Elucidando que a sociedade contemporânea se estrutura em setores da seguinte forma: o Estado, sendo o primeiro setor; o Mercado, sendo o segundo setor; e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) como terceiro setor. As atribuições das instituições contidas no primeiro setor são da esfera pública e estatal, no segundo setor na esfera privada e no terceiro setor na esfera pública não estatal, atuam pela sociedade sem a finalidade de lucro, ou seja, a oferta dos serviços prestados é gratuita (COSTA, 2005).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O termo “Terceiro Setor”, de origem norte-americana, surge como conceito consolidado nos Estados Unidos em 1978, tendo como idealizador John D. Rockefeller III. No Brasil, o termo surge através da Fundação Roberto Marinho, sendo apresentado ao mundo por meio de empresas e intelectuais ligados à burguesia, o que faz com que reflitamos o porquê deste empenho em desenvolver ações institucionais voltadas para a reful antropização no trato da questão social (IPEA, 2011, p. 1).

Evidenciando que o terceiro setor surge como contribuição para lidar com as mazelas trazidas do sistema capitalista, tirando a responsabilidade total do Estado sobre a garantia e defesa dos direitos dos cidadãos. Passando essa tarefa também para a sociedade civil, como exemplo a APAE e outras instituições intituladas como OSCs, sendo os serviços prestados gratuitos. Como as OSC atuam diretamente com a questão social muitas buscam oferecer a efetivação dos direitos do público-alvo atendido nessas associações, instituições, entidades e afins.

Diante disso, o assistente social atua diretamente nos serviços ofertados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, por isso no próximo item será exemplificado sobre o Projeto do Emprego Inclusivo que é articulado pelo Serviço Social.

3.2 Análise do Emprego Inclusivo projeto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca e o trabalho do/da assistente social

Foi realizada uma análise sobre o programa Emprego Inclusivo desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no município de Franca.

Antes de abordar sobre a efetivação do direito ao trabalho é necessário contextualizar sobre o que a pesquisa documental, baseada na análise de algo, no caso ocorreu uma avaliação sobre a forma que a APAE de Franca contribuiu para a inserção da pessoa com deficiência no trabalho. Segundo o autor Antônio Carlos Gil (2002) “ a pesquisa documental vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Essa análise foi realizada através de prontuários, relatórios, avaliações semestrais e do sistema de dados utilizado pela APAE de Franca, chamado de Sistema Argus, sendo um software de gestão utilizado pelas associações de todo o país desde 2009. Nele constam todas as informações dos atendidos, desde a idade, gênero, cor, endereço, composição familiar, renda e afins. Esses dados são utilizados pelos setores de saúde, educação e assistência social, contudo cada um tem acesso em sua área específica. Dentro disso, foi feito uma avaliação através das atribuições da assistência social.

Existem alguns pontos vantajosos em realizar uma pesquisa documental, pois os documentos avaliados são fontes ricas de dados, tornam-se um no futuro uma pesquisa de natureza histórica, tem o custo baixo, não exige contato direto com os sujeitos pesquisados. Os pontos de desvantagem é o tempo gasto pelo pesquisador e a falta de representatividade (GIL, 2002).

Por isso na pesquisa realizada, foram analisadas as informações mais relevantes com a finalidade de contribuir com a temática abordada. Diante disso, as informações presentes nesse item foram realizadas através de uma pesquisa documental realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca.

A análise terá como foco a pessoa com deficiência na faixa etária de jovens e adultos, como foi mencionado no item anterior, visando os atendidos que participavam do Programa Emprego Inclusivo. Salientando que eles são a minoria incluída no mercado de trabalho, como ressalta a autora Maria Helena Alcântara de Oliveira

[...] A inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho envolve, então, dois aspectos. A discussão da não discriminação e a dimensão positiva representada pelas ações afirmativas como meio de promover essa inclusão.

[...] O trabalhador com deficiência intelectual, além de ocupar a faixa inferior da classe proletária brasileira, sofre a “estigmatização” dentro das organizações do trabalho por suas significativas limitações de desempenho, pois a pessoa com deficiência intelectual, por própria definição, necessita de apoio por meio de orientações, de supervisão e ajuda técnica, que auxiliem e permitam compensar uma ou mais de suas limitações funcionais, motoras, sensoriais ou mentais, de modo a quebrar barreiras da mobilidade, de temporalidade e da comunicação (OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Isso demonstra que além de ter a necessidade de existir meios legais para inclusão da pessoa com deficiência, existe uma seletividade conforme a limitação da escolha dessa deficiência. Esse aspecto representa o ideal do sistema capitalista com sua naturalidade em prezar apenas pela lucratividade, onde os trabalhadores são submetidos a aceitar os riscos de qualquer tipo de serviço, pois quem é escolhido para realizar ele conforme sua produtividade isso acaba excluindo idosos, pessoa com deficiência etc. (IAMAMMOTO, 1998).

O termo trazido pela autora Iamamoto sobre “inválidos” refere-se ao contexto da pessoa com deficiência, contudo essa terminologia para a época poderia ser utilizada, porém após Convenção do Direito da Pessoa com Deficiência em 2007, ele é considerado discriminatório, ou seja, deve-se modificar para as expressões corretas para não entrar em contradição, tornando-se o discurso preconceituoso e capacitista. Diante dessas imposições as ações afirmativas são extremamente necessárias para combater as desigualdades trazidas de exclusão e discriminação com a pessoas com deficiência.

A inclusão tem o significado de pertencimento ao espaço social, para se ter a compreensão da dimensão que o trabalho significa para o ser humano ao longo do seu desenvolvimento, como foi mencionado no primeiro capítulo desse trabalho. Diante dessa questão, existe o termo inclusão laboral que se destina na inserção da pessoa com deficiência intelectual e múltipla em atividade competitiva, conforme suas habilidades. Buscando respeitar as condições físicas, de saúde, escolaridade, aspirações sociais, qualificação e habilitação profissional, oportunizando esses indivíduos com um trabalho (OLIVEIRA, 2017).

Diante disso, o programa Emprego Apoiado é uma proposta para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, com amparo legal da Lei Brasileira de Inclusão, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e da Lei de Cotas. Sendo as ações afirmativas de obrigatoriedade dessa inclusão.

A metodologia utilizada pelo programa é de suma importância pois analisa o perfil das pessoas com deficiência, atribuindo as vagas para aquele indivíduo. O apoio vem através de uma equipe especializada para seu perfil, apoio técnico com informações qualificadas, apoio

ambiental com as adaptações necessárias e apoio natural com os cuidadores e familiares (OLIVEIRA, 2017).

Esse método surgiu há mais de 30 anos nos Estados Unidos, pela mesma demanda trazida no contexto da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, não existiam lugares para serem incluídos a pessoa com deficiência, tendo de existir meios qualificados para isso (COELHO; ORNELAS, 2010). Pelo qual, cada país adapta a proposta conforme sua necessidade, tendo seu início no Brasil em 1994, porém só foi reconhecido por lei em 2015 pela Lei Brasileira de Inclusão (OLIVEIRA, 2017).

Consistem nas seguintes atribuições para que o Emprego Apoiado seja realizado: conhecer a pessoa; analisar o perfil vocacional; localizar as possíveis vagas; ver os apoios que o candidato necessita (família, amigos etc.); analisar a função que o candidato gosta; analisar a execução delas; planejar junto com o candidato o desenvolvimento de sua carreira. Existem dois tipos de pessoas que atendem as demandas desse emprego, primeira delas sendo pessoas com deficiência que nunca trabalharam e pessoas para quem o emprego competitivo tem sido interrompido (OLIVEIRA, 2017).

As características que englobam o Emprego Apoiado são: inclusão conforme o perfil; trabalho compatível com a condição do candidato; salário justo; acessibilidade; participação em equipe; sendo ele o apoio primário que o candidato tem acesso para que ele realize seu serviço com esse representante em conjunto. Sendo adotado os seguintes procedimentos: busca pela vaga de trabalho; orientação necessária; apoio técnico; orientação e consultoria; acompanhamento e avaliação (OLIVEIRA, 2017).

Na APAE de Franca o Programa é denominado de Emprego Inclusivo, porém possui os mesmos atributos que já foram descritos acima. Sendo realizado através de uma equipe multidisciplinar composta por terapeuta ocupacional, assistente social e psicólogo, tendo o apoio técnico para o acompanhamento.

Teve início em janeiro de 2021 com atendimento de 14 jovens aprendizes, com deficiência intelectual, o programa surgiu por conta da falta de oportunidade, todos os atendidos já faziam parte de algum atendimento em outras áreas da APAE. Conforme demonstrado através da Tabela 1 a idade desses jovens e adultos.

Tabela 1 – Idade inicial e final dos jovens aprendizes

JOVEM APRENDIZ	IDADE NO INÍCIO DO PROJETO	IDADE NA FINALIZAÇÃO DO PROJETO
Jovem Aprendiz 1	34 anos	35 anos
Jovem Aprendiz 2	27 anos	28 anos
Jovem Aprendiz 3	27 anos	28 anos
Jovem Aprendiz 4	22 anos	23 anos
Jovem Aprendiz 5	17 anos	18 anos
Jovem Aprendiz 6	35 anos	36 anos
Jovem Aprendiz 7	24 anos	24 anos
Jovem Aprendiz 8	19 anos	20 anos
Jovem Aprendiz 9	19 anos	20anos
Jovem Aprendiz 10	23 anos	24 anos
Jovem Aprendiz 11	25 anos	26 anos
Jovem Aprendiz 12	35 anos	36 anos
Jovem Aprendiz 13	29 anos	29 anos
Jovem Aprendiz 14	26 anos	26 anos

Fonte: Sistema Argus

Englobando então a denominação de faixa etária de jovens e adultos abordada pelas autoras Fabiana Maria e Erenice Natalia, no documento norteador sobre a educação e ação pedagógica da APAE Brasil mencionada no item anterior. Segundo o Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021) a cidade possui cerca de 156 jovens com deficiência e 2300 adultos.

O desenvolvimento do Emprego Inclusivo está em processo de análise pela instituição, pois é um programa novo, tendo como perspectiva o acompanhamento, sendo construído um plano de ação prevendo as orientações, apoio, suporte, encaminhamento, inclusão no programa e na pós inclusão. As etapas do programa contemplam: avaliação em conjunto com o atendido e sua família, pesquisa sobre as vagas, acompanhamento pós-contratação. Pelo qual, os jovens aprendizes participam de reuniões semanais, onde são abordados conteúdos como: planejamento de vida, organização financeira, sexualidade e prevenção de exploração sexual, respeito, tolerância, trabalho em grupo, responsabilidade, avaliação individual e grupal.

Foram realizados 19 encontros com duração média de 1h30 minutos, uma vez por semana, mediados por uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga, esses encontros são realizados anterior ao período de contratação com os atendidos e posterior a contratação, sendo um processo de aprendizado para a inserção no mercado de trabalho. Todo esse processo está descrito na Avaliação Semestral do programa.

Os temas abordados com os jovens e adultos antes da contratação variavam de acordo com as demandas apresentadas, como: no primeiro momento foi realizado um acolhimento conversando sobre a pandemia e a prevenção dela; reflexão sobre o texto “Uma taça de vinho”,

para demonstrar sobre o que realmente somos; treinamento sobre as atividades a serem realizadas; como resolver problemas e dificuldades presentes ao longo do caminho; exposição nas redes sociais; reflexão sobre o filme “A procura da Felicidade” com a finalidade de demonstrar perseverança na busca pelo trabalho; explicação sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que é o jovem aprendiz, estagiário e contratação por meio da Carteira de Trabalho; reflexão através da dinâmica “Observando os Objetos” com a finalidade de observar o desenvolvimento individual; violência sexual; sobre trabalho em equipe, reflexão sobre o filme “O primeiro da classe” com a finalidade da observação sobre os desafios da deficiência, interação com empresas com a finalidade de apresentar sobre as diversas áreas de atuação.

Também foram realizados encontros com os jovens aprendizes já inseridos no mercado de trabalho, sendo realizado da mesma forma que o anterior. Contudo esses trabalhadores tinham carga horária de 6 horas por dia trabalhando 3 dias na semana e 2 dias faziam o acompanhamento através de um curso no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para o aprofundamento do aprendizado sobre o mercado de trabalho.

A duração das reuniões era de 1 hora ocorrendo uma vez por semana, sendo realizados 18 encontros ao longo do processo de contratação de 1 ano e 7 meses, tendo sido iniciado em fevereiro de 2021 e finalizado em setembro de 2022. Acontecendo da seguinte forma: iniciou com o atendimento das demandas individuais, orientando sobre o trabalho; treinamento e acompanhamento com os docentes do SENAC para a avaliação dos jovens; como tem sido o processo de ser um Jovem Aprendiz; reflexão sobre o texto “Uma taça de vinho”; reflexão sobre o filme “A procura da Felicidade”; avaliação pessoal, educação financeira; relacionamento em equipe; reflexão sobre o filme “Somos todos iguais”, com a finalidade que todos são capazes e iguais; conversa sobre faltas, uso do celular e compromisso com o local de trabalho; como o Emprego Inclusivo contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, sonhos, como fez o uso do salário e por fim reflexão sobre o filme “O primeiro da classe”.

No final desses 19 meses os 14 jovens aprendizes tiveram oportunidades de empregos, pelo qual 8 deles foram contratados alguns pela própria associação e outros por outras empresas e 6 deles escolheram não trabalhar, por conta que isso acarretaria na perda do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Dentro dessa ação, o trabalho do/da assistente social é extremamente necessário ressaltando os preceitos do Código de Ética Profissional que dentro do seu sexto princípio atribui sobre “a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito a diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”

(CFESS, 1993). Visando que o sexto princípio aborda sobre o que a temática do trabalho quer transmitir sobre a inclusão da população com deficiência em todos os âmbitos que competem a sociedade civil, contribuindo contra as imposições capitalistas.

Elucidando que o Serviço Social atua diretamente com a classe trabalhando contribuindo para efetivação dos seus direitos, por mais que haja contrariedades o/a assistente social resiste a viabilizar direito a essa classe.

A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise da questão social aqui assumida recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Ao contrário, o esforço orienta-se no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social, resguardando a fidelidade à história. Em outros termos, apreender o processo social em sua totalidade contraditória, reproduzindo, na esfera da razão, o movimento da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares (IAMAMMOTO, 1998, p. 114 e 115).

Por isso programas como o Emprego Inclusivo são necessários para reverter mazelas trazidas em razão da singularidade da demanda dos indivíduos com deficiência, combatendo as desigualdades eminentes, contribuindo de forma real e significativa sobre a efetivação e garantia do direito a essa população.

Esse pensamento foi reafirmado através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2017-2020 sobre o/a assistente social atuando no combate ao preconceito. Como a profissão viabiliza direitos a classe trabalhadora, ela também pode contribuir combatendo o preconceito, tendo uma relação direta com a questão social e a desigualdade social, incorporada pelo capitalismo. Trazendo debates fortalecendo o trabalho profissional que estão presentes no Projeto Ético-Político contribuindo para as articulações com as entidades e os movimentos sociais da luta por direitos. Também contribuindo com o direito do indivíduo com deficiência ter autonomia através de suas escolhas (CFESS, 2017-2020).

Inferindo que é através dessas escolhas que foram viabilizadas por assistentes sociais que o programa Emprego Inclusivo conseguiu se desenvolver e ter a efetivação necessária para incluir os indivíduos com deficiência no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar criticamente sobre “O trabalho do/a assistente social na inclusão de pessoa com deficiência no mercado de trabalho: uma análise a partir do programa emprego inclusivo”.

Foi observado que durante o processo de construção dos sistemas econômicos havia certas imposições a serem seguidas, caso fosse diferente sofreria algumas consequências. Esses modelos vinham no quesito de produtividade, padrão biológico, beleza, religiosos, todos favorecendo um padrão a ser seguido, sendo ele o ideal, gerando o desrespeito com qualquer diversidade humana.

A invisibilidade do corpo ser diferente foi tanta que as pessoas com deficiência por séculos foram segregadas, discriminadas, banidas do convívio social e condenadas à morte. Diante dessas adversidades esses indivíduos foram invisibilizados do mercado de trabalho, e na contemporaneidade com o sistema capitalista que preza pela lucratividade com o ideal neoliberal que acentua a competitividade a exclusão ainda se perpetua.

Pelo qual, foi demonstrado ao longo do trabalho o quanto o trabalho desenvolveu a humanidade, em lidar coletivamente para a construção de algo, desde o manuseio do fogo até a atualidade com milhares de instrumentos criados, para melhoria na condição de vida humana.

Contudo como diz o velho ditado com grandes poderes surgem grandes responsabilidades, a partir do momento que o homem cria o domínio sob o fogo, começa a se vincular a noção que uns são melhores que os outros. Surgindo então o conceito de sistemas econômicos, que serviram para desenvolver a humanidade, entretanto expôs o conceito de que alguns tinham mais que outros por terem mais habilidades.

Elucidando que em todos os sistemas econômicos que se desenvolveram sempre havia uma pequena parcela de pessoas no poder, enquanto a maioria sofria com a vulnerabilidade social. Essa problemática só ficou em evidência com a entrada do sistema capitalista, que objetivava e criava o conceito de mercadoria para a classe que vivenciava as desigualdades.

O sistema capitalista queria tornar a todos consumidores para ter maior lucratividade para a classe dominante denominada de burguesia, contudo sempre houve a vulnerabilidade social em que muitos não tinham o que comer, sendo necessário resolver essa problemática para posteriormente tornar a todos consumidores.

Isso fez com que a burguesia começasse a se preocupar ilusoriamente com a classe trabalhadora, pois ela se servisse bem e fosse bem explorada, daria muitos benefícios a quem

estava no poder. Diante dessas demandas, foi criada uma profissão que cuidasse da classe operária em prol da lucratividade, sendo denominada de Serviço Social.

Essa profissão em seu princípio foi vinculada a igreja católica, servindo de controle social aos menos favorecidos, enquanto o Estado e a sociedade culpabilizavam os pobres por sofrerem das mazelas impostas de diversos sistemas econômicos, principalmente o capitalista. Então a classe dominante cria essa profissão, para que a classe trabalhadora não reivindicasse por direitos trabalhistas melhores.

Por anos o Serviço Social vinculou-se a classe dominante com um pensamento culpabilizador e positivista. Contudo foi um longo processo de desenvolvimento e estudos para que a profissão se tornasse o que é hoje, favorecendo a classe trabalhadora efetivando e viabilizando direitos a ela.

Nesse processo de ruptura do conservadorismo entra a teoria marxistas, demonstrando que a problemática da vulnerabilidade social não é da população que sofre dela. Porém majoritariamente do sistema capitalista que torna a todos mercadorias e feitichiza colocando uma espécie de “cabresto” na classe operária para que ela sempre sirva trabalhando e lucrando que um dia terá a possibilidade de estar no topo.

Contudo esse topo é apenas sinônimo de exploração, sendo nesse processo que entra o Serviço Social atuando em conjunto com a classe trabalhadora, reivindicando direitos e atuando contra as imposições do sistema capitalista. Sendo necessário contextualizar o processo de desenvolvimento dos sistemas econômicos com enfoque no sistema capitalista que foi onde se adentra a profissão.

Sendo mencionado no trabalho por conta das imposições que o sistema capitalista atribui de excluir algumas pessoas do mercado de trabalho por serem consideradas improdutivas. Entrando nessa parte o/a assistente social atuando contra esses modelos com a finalidade de efetivar o direito da pessoa com deficiência de ter livre escolha sobre sua vida, tendo a oportunidade de trabalhar como qualquer outro indivíduo.

Salientando que a pessoa com deficiência foi segregada, excluída e banida do convívio social por séculos, tendo que ser criadas ações afirmativas para que ela seja incluída em sociedade e posteriormente no mercado de trabalho. Os exemplos citados no trabalho foram a Declaração Universal dos Direitos Humanos criada pela Organização das Nações Unidas com o intuito de banir as atrocidades ocorridas no passado com pessoas que eram consideradas diferentes, garantido o direito à vida a qualquer ser humano.

Também a Lei de Cotas criada em 1993 com a finalidade de garantir a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Contudo ela foi feita com o intuito de garantir o

trabalho para as pessoas que adquiriram algum tipo de deficiência atuando em guerras, excluindo os indivíduos que tinham deficiência desde o nascimento. Entretanto já foi um passo para a inserção desses indivíduos do mercado de trabalho, por ter a obrigatoriedade para as empresas.

Posterior a isso, foi necessário produzir um documento específico com a demanda da pessoa com deficiência, dessa forma em 2007 foi criada a Convenção sobre Direitos das Pessoa com Deficiência, com o intuito de ser um caminho mundial para inserir esses indivíduos em diversos âmbitos da sociedade civil.

Graças a esse documento surge em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão que reitera vários direitos já vinculados em uma lei específica para a pessoa com deficiência. Além da Constituição Federal de 1988, sendo o primeiro país a constituir legalmente um direito constitucional a pessoa com deficiência.

Todas essas ações foram extremamente necessárias para banir a discriminação e a exclusão, elas ainda existem, contudo a meios legais para agir contra elas. Como forma de reverter as mazelas que as pessoas com deficiência sofreram foi trazido um exemplo efetivo de inserção delas no mercado de trabalho.

Sendo realizado um estudo documental e bibliográfico com o critério de demonstrar o programa Emprego Inclusivo realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Franca estado de São Paulo. O presente programa procura incluir e mostrar a realidade do mercado de trabalho a diversos jovens e adultos com deficiência intelectual ou múltipla.

Contribuindo para sociedade um exemplo de programa de inclusão que possui todo um desenvolvimento para que a pessoa com deficiência tenha autonomia sobre sua vida e suas escolhas individuais. Por isso o/a assistente social colabora para a realização desse projeto auxiliando na demonstração dos direitos que a pessoa com deficiência tem para garantir o que ela deseja, como qualquer outro indivíduo.

Inferindo que o desejo é que esse trabalho possa contribuir para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois elas são tão capacitadas a ele como qualquer outra. E que existam mais exemplos além do Emprego Inclusivo para a efetivação do direito ao trabalho a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Eduarda Bastos; PARRÃO, Juliene Agilo. O Desenvolvimento Histórico do Serviço Social e seu Contexto Contemporâneo. **Revista Intertemas**, Presidente Prudente, v. 13, n. 13, p. 1-12, set. 2017.
- ANDRADE, Layanna Maria Santiago. **Acessibilidade das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Mediante Cotas**. Orientadora: Flávia Moreira Guimarães Pessoa. 2014. 197 fls. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2014.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351. 2004.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **FILOSOFANDO, INTRODUÇÃO À FILOSOFIA**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993. 390 p.
- ARBEX, Daniela; MENDZ; Armando. 2018. Minas Gerais. 1 documentário (1 hora e 30 min). Publicado pelo canal Ícones Negros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5eAjshaa-do>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013. 280 p.
- APAE-FRANCA (Franca) (org). **APAE- FRANCA 52 anos de atendimento especializado à pessoa com deficiência intelectual e múltipla**. Franca.2022. Disponível em: <https://www.apae Franca.org.br/sobre>. Acesso em: 19 out. 2022.
- ARGUS, Sistema. **Sistema de Informatização para APAEs**. Franca. 2009. Disponível em: <https://sistema.sistema-argus.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BARROS, Karina Freire Barboza *et al.* PESSOAS COM DEFICIÊNCIA- PcD E MERCADO DE TRABALHO FORMAL: os desafios para inclusão social no Brasil. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís do Maranhão, v. 1, n. 1, p. 1-10, ago. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/pessoascomdeficiencia-pcdemercadodetrabalhoformal.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- BRASIL. **Constituição (1934) Constituição** da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, **1934**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)**. Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 1.428, de 12 de set. de 1854.** Crea nesta Cortê hum Intituo denomina Imperial Instituto dos meninos cegos. Publicação Original: Coleção de Leis do Império do Brasil. Brasil, v. 1, p. 295, set. 1854. Câmara dos Deputados

BRASIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de ago. de 2009.** Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991.** Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** estabelece as leis de diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa MTE/SIT nº 98, de 15 de ago. de 2012.** ANAMT Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2017/03/02/instrucao-normativa-mtesit-no-98-de-15-de-agosto-de-2012/#:~:text=agosto%20de%202012-,Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20MTE%2FSIT%20n%C2%BA%2098%2C%20de%2015%20de%20agosto,benefici%C3%A1rios%20da%20Previd%C3%A1ncia%20Social%20reabilitados>. Acesso em: 12 out. 2022.

BERALDO, Lilian. **Mercado de trabalho para pessoas com deficiência é tema do Caminhos.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-03/mercado-de-trabalho-para-pessoas-com-deficiencia-e-tema-do-caminhos#:~:text=Atualmente%2C%20cerca%20de%20372%20mil,apenas%2053%25%20das%20vagas%20reservadas>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BETTI, Alexandre Prado. Perspectivas do emprego apoiado. **Revista Deficiência Mudanças na Forma de se Pensar e Conceber o Acesso ao Trabalho de Pessoas com Deficiência Intelectual são Necessárias e Urgentes.** São Paulo, ano 4, 2014. Disponível em: [revista emprego apoiado.pdf](#). Acesso em: 17 jul. 2022

BEZERRA, Clara Almeida; SANTOS, Sandra Nascimento dos; TELES, Silvia Batista. A origem do serviço social, no mundo e no Brasil. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 17, n. 1, p. 151-156, out. 2013. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais.

BOEHM, Camila. **SP: 15% das pessoas com deficiência nunca tiveram um emprego.** Agência Brasil. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos->

humanos/noticia/2021-05/sp-15-das-pessoas-com-deficiencia-nunca-chegaram-ao-mercado-de-tra. Acesso em: 18 ago. 2022.

CABRAL, Dilma. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 10 out. 2022.

CABRAL, Dilma. **Instituto dos Surdos-Mudos**. MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 10 out. 2022.

CAMPOS, José Guilherme Ferraz de *et al.* Incluindo pessoas com deficiência na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira. **Revista de Administração**, [S.L.], v. 48, n. 3, p. 560-573, dez. 2013. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP. DOI: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1106>. Acesso em: 10 set. 2022.

CFESS. Série assistente social no combate ao preconceito discriminação contra a pessoa com deficiência. **Caderno 7**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2019.

CHAUI, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes - POD, 2013. 152 p.

CLEMENTE, Carlos Aparício; SHIMONO, Sumiko Oki. **TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E LEI DE COTAS: invisibilidade, resistência e qualidade da inclusão**. 2015. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências do Trabalho, Scola Dieese de Ciências do Trabalho, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.sinicesp.org.br/inclusao/publica%C3%A7%C3%B5es/defici%C3%Aancia%20e%20lei%20de%20cotas%20-%202015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COELHO, Vera Pires; ORNELAS, José. Os contributivos do emprego apoiado para integração das pessoas com doença mental. **Análise Psicológica**. Lisboa, v. 28, n. 3. 2010.

CORREIA, Christianne. **Cresce número de empregos formais para pessoas com deficiência**. Ministério do Trabalho e Emprego. [S.I.], 2017. Disponível em: [https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/639125969/cresce-numero-de-empregos-formais-para-pessoas-com-deficiencia#:~:text=Segundo%20a%20Rais%202017%20do,visual%2C%20intelectual%2C%20m%C3%BAltipla%20e%20reabilitados&text=O%20n%C3%BAmero%20de%20empregos%20formais,\(PCD\)%20cresceu%20em%202017](https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/639125969/cresce-numero-de-empregos-formais-para-pessoas-com-deficiencia#:~:text=Segundo%20a%20Rais%202017%20do,visual%2C%20intelectual%2C%20m%C3%BAltipla%20e%20reabilitados&text=O%20n%C3%BAmero%20de%20empregos%20formais,(PCD)%20cresceu%20em%202017). Acesso em: 10 out. de 2022.

CORRENT, Nikolas Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suas-concepcoes>. Acesso em: 17 jul. 2022.

COSTA, Selma Frossard. O serviço social e o terceiro setor. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 7, n. 2, jul. 2005. Semestral. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm. Acesso em: 6 nov. 2022.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. **Serviço Social e Sociedade**. São Luiz. 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy/#:~:text=As%20barreiras%20sociais%2C%20consequ%C3%Aancia%20da,como%20express%C3%A3o%20da%20quest%C3%A3o%20social>. Acesso: 16 jul. 2022.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. DOI: 10.1590/S1806-64452009000200004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso: 16 jul 2022.

FERREIRA, Yasmim Maria. O mercado de trabalho para pessoas com deficiência. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2019. Disponível em:
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1915>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; FERREIRA, Gildete. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. **Ser Social**, Brasília, v.15, n. 32, p. 93-116, 2013.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência no Brasil: Uma trajetória de silêncios e gritos!**. 2 ed. São Paulo: Giz Editorial, 2008. 184 p.

FRANCA. **História**. Franca. 2022. Disponível em:
<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/desenvolvimento/apresentacao-historia>. Acesso em: 14 out. 2022.

GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 165-187. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2022. 176 p.

GOMES, Fábio Alexandre. A defesa e garantia de direitos humanos da pessoa com deficiência e inclusão social. **Doity Play**, 23 de ago. de 2022. Disponível em:
<https://play.doity.com.br/iii-congresso-cientifico-online-da-feapaes-sp/salas/513485557>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GRAN. [S.l.: s.n.]. 2019. 1 vídeo (1 hora e 44 min). Publicado pelo canal do Youtube Gran Concursos Online, 10 de abr. de 2019. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=W6-95X3z6WM>. Acesso em: 1 set. 2022.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Rio de Janeiro, p. 1-21, 2009. Disponível em:
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. **Revista da Faculdade de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, p. 1-13, 2007. Disponível em:
<https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/159/184. Acesso em: 12 ago. 2022.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. ed. Boitempo, São Paulo, 2013. 592 p.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. ed. Boitempo, São Paulo, 2015. 336 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed. Cortez, São Paulo, 1998. 326 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DO TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. **Anais** [I Circuito de Debates Acadêmicos], Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-14, nov. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

JANONE, Lucas; ALMEIDA, Pauline. **Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, segundo IBGE**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-mais-de-17-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge/#:~:text=Brasil%20tem%20mais%20de%2017%20mil%C3%B5es%20de%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%2C%20segundo%20IBGE,-N%C3%BAmero%20representa%20&text=Compartilhe%3A,tem%20algum%20tipo%20de%20defici%C3%Aancia>. Acesso em: 15 jul. 2022.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **O movimento político das Pessoas com Deficiência**. Bengala Legal. 2011. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/movimento-historia-pcd>. Acesso em: 10 out. 2022.

LIMA, Gustavo. **Proposta prevê criação de incentivos a empresas que contratarem pessoas com deficiência** Fonte: Agência Câmara de Notícias. [S. l], 2021. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/760206-proposta-preve-criacao-de-incentivos-a-empresas-que-contratarem-pessoas-com-deficiencia/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20407,ser%C3%A3o%20institu%C3%ADos%20em%20lei%20pr%C3%B3pria>. Acesso em: 12 out. 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e Alienação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez. 1997. 168 p.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. São Carlos, vol. 22, n. 57. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/361522-Breve-historico-da-educacao-especial-no-brasil.html> >. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

MORAES, Vinicius de. **O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO**. 1959. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>. Acesso em: 20 out. 2022.

NEGRÃO, Davidson Nilson Mendes; SÁ, Rafaela Oliveira da Silva. **Tecnologia assistiva: a tecnologia a favor da acessibilidade e inclusão**. 2021. Coruja Informa. Disponível em: <http://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=2844>. Acesso em: 25 ago. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares. **Documento norteador: educação e ação pedagógica**. Brasília: APAE Brasil, 2017. 102 p.

OLIVEIRA, José Reinaldo. Brasília. 2020. 1 vídeo (1 hora e 1 min). Publicado pelo canal do Professor José Reinaldo Oliveira. Faculdade União de Goyazes - Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VKJGqYBmEGY>. Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, Maria Helena Alcântera. **Documento Norteador: Trabalho, Emprego e Renda: Ações profissionalizantes da Rede APAE para pessoas com deficiência intelectual e múltipla**. Brasília: APAE Brasil, 2017. 198 p.

ONU. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

ONU. **Declaração Universal do Direitos Humanos**. Paris. 1948.

PEREIRA, Jaqueline, SARAIVA Maria, 2017. Trajetória histórico social da população deficiente. **Ser social**. Pernambuco, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 15 jul. 2022.

PINI, Francisca *et al.* **Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021)**. Franca: Pátria Amada Brasil Governo Federal, 2018. 133 p.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. __. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

RAMOS, Waldemar. **Avaliação Biopsicossocial do INSS**. [S. l], 2022. Disponível em: <https://saberalei.com.br/avaliacao-biopsicossocial-do-inss-o-que-e/#:~:text=A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20biopsicossocial%20%C3%A9%20um,entre%20outros%20aspectos%20de%20sobreviv%C3%A2ncia>. Acesso em: 15 out. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841**. Homologa a fundação do Hospício de Pedro II, anexo ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, para tratamento de alienados. *Revista Médica Brasileira*. [S.l.], v.1, n.3, jun. 1841.

RODRIGUES, Pollyanna Salles; PEREIRA, Éverton Luis. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31. 2021.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeira Mugnol; MOLINA, Nilcemara Leal; Dias, Vanda Fattori. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibplex. 2007. p. 188.

SANTOS, Sandra Nascimento dos; TELES, Silvia Batista; BEZERRA, Clara Angélica de Almeida Santos. A origem do Serviço Social no Mundo e no Brasil. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**. Aracaju. vol.1, n.17, p. 151-156. 2013.

SECOM. **Mantida multa a empresa que não demonstrou empenho para contratar pessoas com deficiência**. Brasília, 2022. Disponível em:<https://www.tst.jus.br/-/mantida-multa-a-empresa-que-n%C3%A3o-demonstrou-empenho-para-contratar-pessoas-com-defici%C3%Aancia>. Acesso em: 11 out. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Relatório mundial sobre a deficiência/ World report on disability**. 2011. World Health Organization The World Bank, tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez. 1992. 212 p.

SILVA, Janaina. [S. l.: s. n.], 2020. Publicado pelo canal Focus Concursos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=raUOSXGF1Yk>. Acesso em: 5 set. 2022.

SILVA, João Henrique da. **Federação Nacional das Apaes, hegemonia e propostas educacionais (1990-2015)**. São Carlos: Editora CRV. 2020. 350 p.

SOUSA, Augusto. Emprego Apoiado: Primeira Abordagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n.1. p. 73-82. 2000.

SOTTOMAYOR, Ana Paula Quintela. O fogo de Prometeu. **Humanitas**, Universidade do Porto, Coimbra, v. LIII, p. 1-8, ago. 2001. Disponível em:https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas53/05_Sottomayor.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

TOMAZ, Marianna Andrade. A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2013. São Luís, Maranhão. Disponível em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/aquestaosocialnocapitalismo-umaanalisedoseuconceitonacontemporaneidade.pdf>. Acesso: 16 jul. 2022.

VARELLA, Drauzio. **Síndrome de Down**. 1990. Portal Drauzio Varella / Informação sobre saúde para todos, de resfriados e questões sociais. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-down/>. Acesso em: 22 out. 2022.

VILELA, Renata. **Mercado de trabalho para pessoas com deficiência ainda é insuficiente**. 2020. São Paulo. Disponível em:<https://contee.org.br/mercado-de-trabalho-para-pessoas-com-deficiencia-ainda-e-insuficienteq/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANEXO

Anexo 1 – Declaração de autorização de pesquisa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca

Manteradora do Escola de Educação Especial João Maria Vianney
 CEBAS - Certificado de Assistência Social n° 235874-0027853/2020
 CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde n° 2035901
 CNPJ n° 45.316.338/0001-95 inscrição estadual isenta



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora Ligia de Oliveira Soares da Silva, RG 40.345.344-6, está autorizada a realizar pesquisa nesta Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, com endereço na Avenida Dom Pedro I, n° 1871 – Jardim Petrágria, CEP: 14409-170, Franca/SP, CNPJ n° 45.316.338.0001-95. Por oportuno, a temática da pesquisa visa refletir sobre o Programa Emprego Incluso e a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, seguindo os preceitos da questão ética na pesquisa com seres humanos.

Franca, 30 de outubro de 2022.

Agenor Gado

R.G.: 354.520

Presidente da APAE de Franca